

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Centro de Ciências Sociais Aplicadas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL

MESTRADO

LUISA AMANDA OLIVEIRA DE SOUSA

A COMUNIDADE DO MARACANÃ NA ROTA DO PROCESSO
DE URBANIZAÇÃO: OS EFEITOS DO PROGRAMA
MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM SÃO LUÍS

São Luís

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOESPACIAL E REGIONAL (PPDSR)**

LUÍSA AMANDA OLIVEIRA DE SOUSA

**A COMUNIDADE DO MARACANÃ NA ROTA DO PROCESSO DE
URBANIZAÇÃO: os efeitos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)
em São Luís**

**SÃO LUÍS
2024**

LUÍSA AMANDA OLIVEIRA DE SOUSA

**A COMUNIDADE DO MARACANÃ NA ROTA DO PROCESSO DE
URBANIZAÇÃO: os efeitos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)
em São Luís**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, da Universidade Estadual do Maranhão-Campus São Luís, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

Linha de Pesquisa: Estado, Trabalho e Globalização.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosirene Martins Lima.

Aprovada em 02/07/2024

Banca Examinadora



Prof^a. Dr^a. Rosirene Martins Lima (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)



Prof. Dr. Joaquim Shiraishi Neto (Examinador Externo)
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)



Prof. Dr. David Junior de Souza Silva (Examinador Interno)
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Sousa, Luísa Amanda Oliveira de.

A comunidade do Maracanã na rota do processo de urbanização: os efeitos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em São Luís. / Luísa Amanda Oliveira de Sousa. – São Luís, MA, 2024.

103 p.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional- PPDSR) - Universidade Estadual do Maranhão, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Rosirene Martins Lima.

1.Comunidade do Maracanã. 2.Expansão Urbana. 3. Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). 4. Estado. I.Título.

CDU: 911.375.1(812.1)

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, por esta oportunidade tão importante, por todo o cuidado e amor, por todas as provisões e por nunca ter me deixado sozinha em momento algum. Louvo a Deus por ter planejado momentos tão maravilhosos como este em minha vida, de crescimento pessoal, de aprendizado, de evolução e maturidade intelectual.

À minha família, especialmente aos meus pais Gecilene e Carlos, que apesar das dificuldades financeiras, sempre me incentivaram a buscar a ascensão a partir da educação, por todo o apoio e incentivo tão fundamental, por todos os investimentos no meu processo de formação educacional, por todo o orgulho e amor por mim sempre.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a. Rosirene Lima, pela orientação, amizade e disponibilidade de longas datas, que sem dúvidas, foram fundamentais para essa conquista. Obrigada pela atenção, compreensão, correções, conselhos e por sempre acreditar em mim.

Aos professores e professoras do PPDSR/UEMA, pelas valiosas contribuições nas disciplinas e conversas, à Elizete, pelo seu atencioso e hábil trabalho na secretaria do programa.

À FAPEMA, pela concessão de bolsa para o desenvolvimento da pesquisa, que permitiu o aporte financeiro suficiente para a pesquisa e atividades do mestrado.

À turma de mestrado de 2022, com a qual tive a oportunidade de compartilhar momentos únicos de aprendizado e trocas de conhecimento, conversas, incentivos mútuos e companheirismo.

Aos moradores e moradoras do Maracanã, pela colaboração que permitiu acesso a materiais e concessão de entrevistas.

À banca, Prof^o. Dr^o. Joaquim Shiraishi e ao Prof^o. Dr^o Davi Junior Souza Silva, assim como à Prof^a. Dr^a. Marivânia Furtado, que compôs a banca da qualificação. Tenho grande admiração e afeto, pelas riquíssimas contribuições.

Certamente, o mestrado para mim permitiu que eu vivesse experiências e aprendizados de desenvolvimento pessoal, ao passo que me conduziu a ter um olhar mais sensível sobre a vida e suas relações e uma posição mais crítica sobre os problemas sociais. Confesso que ao mesmo tempo, o processo de escrita foi um tanto quanto desafiante, angustiante e solitário, mas graças a Deus e às pessoas que contribuíram para essa trajetória essa pesquisa se tornou possível.

RESUMO

Este trabalho investiga o processo de expansão urbana da cidade que tem impactado as vivências na comunidade tradicional do Maracanã, localizada na zona rural de São Luís, Maranhão, que vem sofrendo uma série de problemas socioambientais decorrentes da construção de conjuntos do Programa Minha Casa Minha Vida. Os processos de devastação e o adensamento populacional da área do Maracanã produziu uma nova ordem de conflitos, que reconfigurou o espaço, trazendo consigo novos desafios aos antigos moradores, da Comunidade do Maracanã. Tal processo vem sendo conduzido pelo setor imobiliário com o consentimento do poder público. O objetivo desse estudo é refletir sobre os efeitos do processo de urbaniza o sob a égide da política habitacional conduzido pelo poder público e setor imobiliário através do PMCMV sobre a comunidade do Maracanã. A questão problema relativa ao campo de pesquisa, que se trata em refletir sobre: quais efeitos foram produzidos pelo processo de urbaniza o, impulsionado pelo PMCMV, sobre a Comunidade Tradicional do Maracanã? A investiga o traz como perspectiva teórico-metodológica a estratégia de escuta, que consiste em ouvir as diferentes vozes envolvidas nos processos que produzem as mudanças sobretudo dos moradores da Comunidade, assim como a Sociologia Reflexiva, de Pierre Bourdieu, que

propõe desvendar-nos e compreendermo-nos como cientistas, e em seguida desvendar e compreender o próprio meio científico no qual estamos inseridos. Portanto, a comunidade tradicional do Maracanã enfrenta as ameaças a sua existência física e cultural e, ao mesmo tempo, reafirma o seu modo de viver denunciando a perversidade da lógica econômica neoliberal do Estado.

Palavras- Chave: Comunidade do Maracanã. Expansão urbana. Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Estado.

ABSTRACT

This work investigates the process of urban expansion of the city that has impacted the experiences in the traditional community of Maracanã, located in the rural area of São Luís, Maranhão, which has been suffering a series of socio-environmental problems resulting from the construction of sets of the Minha Casa Minha Vida Program. The processes of devastation and population density in the Maracanã area produced a new order of conflicts, which reconfigured the space, bringing with it new challenges to the former residents of the Maracanã Community. This process has been conducted by the real estate sector with the consent of the government. The objective of this study is to reflect on the effects of the urbanization process under the aegis of housing policy conducted by the government and the real estate sector through the PMCMV about the Maracanã community. The problem question related to the field of research, which is to reflect on: what effects were produced by the urbanization process, driven by the PMCMV, on the Traditional Community of Maracanã? The research brings as a theoretical-methodological perspective the listening strategy, which consists of listening to the different voices involved in the processes that produce the changes, especially of the residents of the Community, as well as the Reflective Sociology, by Pierre Bourdieu, which proposes to unveil and understand

ourselves as scientists, and then to unveil and understand the scientific environment in which we are inserted. Therefore, the traditional community of Maracanã faces the threats to its physical and cultural existence and, at the same time, reaffirms its way of life by denouncing the perversity of the neoliberal economic logic of the State.

Keywords: Maracanã Community. Urban sprawl. Minha Casa Minha Vida Program (PMCMV). State.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGEM- Agência Executiva Metropolitana

APA- Área de Proteção Ambiental

BM- Banco Mundial

BPC- Benefício de Prestação Continuada

CITEMA- Cidade, Território e Meio Ambiente

CONAM- Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental da Região do Maracanã

FAR- Fundo Arrendamento Residencial

FGTS- Fundo Garantidor de Tempo de Serviço

FGHab- Fundo Garantidor de Habitação

FMI- Fundo Monetário Internacional

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OGU- Orçamento Geral da União

OIT- Organização Internacional do Trabalho

PAC- Programa de Aceleração do Crescimento

PMCMV- Programa Minha Casa Minha Vida

PRAD- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas

SEDUC- Secretaria de Estado da Educação
SEMA- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais
SEMMAM- Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SFI- Sistema Financeiro Imobiliário
SNUC- Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC- Unidade de Conservação

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Bairros da APA do Maracanã.....	27
Figura 02: 50ª Festa da Juçara.....	34
Figura 03: Cerimônia da queima da palhinha	35
Figura 04: Rei, rainha, vassalos e cordão da Festa dos Reis das Nuvens.....	39
Figura 05: Festa dos Reis Sempre Vive.....	40
Figura 06: Mapa da evolução da mancha urbana de São Luís entre 1988 e 2010.....	49
Figura 07: Residencial Amendoeiras.....	69
Figura 08: Residencial Santo Antônio.....	70
Figura 09: Residencial Vila Maranhão.....	71
Figura 10: Residencial Morada do Sol.....	72
Figura 11: 1ª Clínica da Família do Morada do Sol.....	74
Figura 12: Conversa entre liderança do Maracanã e CITEMA.....	79
Figura 13: Sede da União dos Moradores do Bairro Alegria Maracanã.....	83
Figura 14: Cerimônia de entrega do Plano de Manejo.....	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Atores e seus papéis no desenho do PMCMV.....	64
Quadro 02: Faixas de renda do PMCMV.....	66
Quadro 03: Membros do CONAM.....	80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. A COMUNIDADE DO MARACANÃ.....	18
1.1 A questão ambiental e a APA do Maracanã para a comunidade: sobre os modelos de natureza.....	21
1.2 Forma de organização social e economia da juçara.....	29
1.3 As festas e os vínculos de pertencimento.....	32
2. O ESTADO NEOLIBERAL, A URBANIZAÇÃO E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.....	41
2.1 A urbanização no contexto neoliberal	43
2.2 A urbanização de São Luís.....	47

2.3 Breve histórico das políticas habitacionais (1946- 2008)	50
2.4 Programa Minha Casa Minha Vida.....	55
2.4.1 Atores, interesses e influência no PMCMV.....	61
2.5 O PMCMV no Maracanã.....	67
2.6 Efeitos do PMCMV.....	74
3. ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE E SUA	
INTERPELAÇÃO AO ESTADO.....	76
3.1 Criação do CONAM como forma de mobilização coletiva.....	78
3.2 Processo de construção do Plano de Manejo da APA.....	83
3.3 Protagonismo das mulheres	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS.....	94

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata de uma continuação da minha trajetória como pesquisadora na linha de estudo sobre a produção da cidade, desenvolvida no campo da Sociologia Urbana. Tal experiência se dá no âmbito do grupo de pesquisa Cidade, Território e Meio Ambiente (CITEMA), orientado pela professora Dr^a. Rosirene Martins Lima, a partir de pesquisas desenvolvidas como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), a saber: “O papel do poder público na condução da política urbana/ambiental em São Luís” (2017-2018) e “Atuação do Estado na condução da política de habitação em São Luís” (2018-2019).

O último plano de trabalho culminou no meu trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais, que recebeu o mesmo título e objetivava analisar o papel do Estado na política habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida.

Contudo, apesar do acúmulo de dados e referências bibliográficas sobre essa temática, algumas questões ainda ficaram em aberto, demandando uma nova reflexão, que serão apresentadas ainda nessa seção.

As preocupações de pesquisa sobre a cidade a partir da ótica das Ciências Sociais estimularam e conduziram ao processo de mestrado no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional-PPDSR/UEMA. Durante toda a vivência acadêmica no Programa, buscou-se aprofundar sobre os efeitos do processo de urbanização, pautado na lógica global neoliberal imbricado sobre uma realidade local. E na necessidade de delimitar esta investigação, vi como oportunidade a situação dos conflitos socioambientais envolvendo a comunidade do Maracanã, localizada na zona rural de São Luís, após a instalação dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em sua área de proteção ambiental (APA).

Esse contexto está em direta sintonia com a composição da questão problema relativa ao campo de pesquisa, que se trata em refletir sobre os efeitos do processo de urbanização sob a égide da política habitacional conduzida pelo poder público e setor imobiliário através do PMCMV sobre a comunidade do Maracanã ou, em outras palavras, questionar: quais efeitos foram produzidos pelo processo de urbanização, impulsionado pelo PMCMV, sobre a Comunidade Tradicional do Maracanã?

Especificamente, pretende-se analisar as dinâmicas territoriais produzidas na área, entender o modo de atuação do Estado na condução da política habitacional, identificar os interesses da iniciativa privada sobre a zona rural, revelar o ponto de vista da Comunidade acerca dessas transformações e problematizar sobre quais modelos de natureza e de sociedade que estão em disputa. Questões secundárias também são relevantes, ao considerar: como o poder público tem conduzido a política habitacional? Quais os interesses da iniciativa privada ao se estender sobre a Zona Rural de São Luís? Qual o olhar da Comunidade acerca das mudanças produzidas a partir do PMCMV? Para que público são pensadas as políticas habitacionais e quem são os maiores beneficiados? Quais os modelos de natureza estão em disputa nesse contexto? Esse debate se faz pertinente para construção de novos dados que darão força à comunidade em estudo para seus processos de resistência.

Com efeito, é preciso considerar que o conceito de “comunidade” que é empregado neste trabalho está fundamentado a partir da autodefinição coletiva dos próprios moradores do Maracanã, além de que, é importante sublinhar que essa expressão não pode ser lida segundo uma referência histórica remota ou sob uma ótica do passado. Essa categoria foi ressignificada e, aparece hoje “envolvida num processo de construção do próprio ‘tradicional’, a partir de mobilizações e conflitos, que tem transformado de maneira profunda as formas de solidariedade apoiadas em relações primárias” (ALMEIDA, 2004)

Além disso, é importante salientar que a categoria “urbanização” também utilizada nesta pesquisa não está atrelada ao processo de industrialização como nas abordagens de Henri Lefebvre no contexto europeu, mas sim associada ao neoliberalismo no contexto atual brasileiro. Esses são os sentidos que os conceitos de “comunidade” e “urbanização” estão sendo pensados ao longo da dissertação.

Os procedimentos de pesquisa relacionaram reflexões realizadas no período das disciplinas, bem como os trabalhos realizados a partir destas, dentre os quais, realizou-se levantamento de referencial teórico associado à questão-problema, discussões e análises durante as reuniões de orientação, seguidas ou concomitantes a atividades de pesquisa de campo, que incluem a observação, registros fotográficos e entrevistas semiestruturadas. A coleta de dados na comunidade do Maracanã baseada na Estratégia de Escuta.

Tal metodologia está inserida no modelo teórico desenvolvido por Walter Mignolo (2003), que consiste na estratégia de ouvir os envolvidos, ouvir os discursos, ouvir as diferentes vozes envolvidas nos processos que produzem as mudanças. A escuta aqui é entendida é no sentido do acompanhamento do cotidiano dos acontecimentos, registrando sob diferentes procedimentos o que está ocorrendo no campo empírico do referente estudo.

Como dito, essa coleta de dados de caráter qualitativo se deu a partir de técnicas de observação direta e entrevistas semiestruturadas com alguns moradores do Maracanã. Segundo Jean Poupart (2012), a entrevista, na pesquisa qualitativa, é indispensável como método tanto para aprender as experiências dos outros quanto um instrumento de interpretação de suas ações.

Além disso, faz-se necessária a reflexão teórica de Bourdieu (2016) quanto ao pensar relacionalmente o objeto, evitando o monoteísmo das

metodologias e fazer história social dos conceitos para evitar pré-noções. A proposta de Bourdieu é de fazer uma sociologia reflexiva, a qual também será utilizada neste trabalho. Para tanto, ele nos diz que: “[...] uma prática científica que se esquece de se pôr a si mesma em causa não sabe, propriamente falando, o que faz.” (BOURDIEU, 2016, p.33). Ou seja, antes de buscarmos desvendar o objeto analisado deveríamos desvendar-nos e compreendermo-nos como cientistas, e em seguida desvendar e compreender o próprio meio científico no qual estamos inseridos.

Assim, não é cabível haver dissociação entre método e prática, pois não é possível falarmos em algum método separado do objeto de pesquisa, ou seja, de algum método que se encaixe a priori neste objeto e que não necessite ser complementado por outras correntes metodológicas, como o materialismo histórico e do ecofeminismo, por exemplo.

Em São Luís têm ocorrido conflitos de diversas naturezas, causados pela forma como vem sendo orientado o processo de crescimento urbano em direção às áreas mais centrais, tendo como referência empreendimentos imobiliários e econômicos instalados nestas áreas, que determinam a expansão e reorganização do espaço urbano. Alguns bairros, em consequência desse processo, se constituem como “enclaves”, revelando assim a face autoritária e higienista do projeto de cidade que se consolida (LIMA, SERRA, SHIRAIISHI, 2018).

A ocupação de áreas de proteção ambiental, como é o caso da APA do Maracanã, causa a degradação dos recursos ambientais, que dão origem a conflitos socioambientais de grandes proporções, envolvendo diversos sujeitos, como moradores antigos, novos moradores, construtoras e poder público. Na última década, a grande área do Maracanã tem sofrido diversos conflitos devido a expansão urbana da cidade. Tal processo tem reconfigurado o espaço, causando grandes impactos de ordem socioambiental, como a devastação da natureza e o adensamento populacional.

A chegada de grandes empresas de outros estados e a execução de projetos federais, a exemplo do PMCMV, que propiciam mecanismos para o crescimento de instalações de empreendimentos na região metropolitana de São

Luís, promoveu transformações importantes na cidade, que vem, por sua vez, expandido-se, incorporando “novas” áreas urbanas e rurais, incluindo áreas de preservação, como a referida Comunidade, situada nos eixos de expansão da cidade, que se orienta pelos empreendimentos industriais e as obras de infraestrutura.

Essa lógica produz um agravamento da exclusão na produção do espaço urbano, intensificando assim um padrão de fragmentação na configuração atual da cidade, bem como as desigualdades de distribuição dos serviços públicos, principalmente se tratando de assuntos como moradia e transporte, e o controle exercido pelo Estado sobre a cidade, produzindo nova segregação. Assim, o capital financeiro avança sobre essas terras, redefinindo e valorizando o espaço urbano em conformidade com os interesses de mercado.

Tal processo de expansão imobiliária tem se desenvolvido de forma acelerada sobre áreas já ocupadas por grupos culturalmente diferenciados, que possuem formas próprias de organização social, em que tanto a espacialidade quanto a natureza são ocupadas e usadas como vínculo para sua reprodução cultural, social, religiosa e econômica, a partir dos conhecimentos e práticas transmitidos tradicionalmente.

O Programa Minha Casa Minha Vida representa a principal política habitacional atualmente no Brasil e, a partir dele, o setor habitacional tem sido tomado pelo setor financeiro, que vem atingindo seu ápice no país, uma vez que o programa é responsável por articular agentes públicos e privados. O motivo pelo qual o programa idealizado, foi com vista a reduzir o déficit habitacional do país, contudo a sua forma estrutural se estabelece de maneira a beneficiar iniciativa privada, considerando que a sua tendência, a partir da especulação imobiliária, é de ocupar áreas distantes dos centros urbanos.

Tal modelo é satisfatório aos detentores dos meios de produção determinantes do mercado, a saber, as construtoras, as incorporadoras e os bancos, uma vez que, a moradia passa a assumir um caráter de mercadoria, a partir do viés corporativista imobiliário embasado no fenômeno de classes.

Com efeito, é inegável que a urbanização está atravessada pela lógica neoliberal, uma vez que, nota-se que a periferização e a segregação

socioespacial condensaram-se em grande parte e as cidades passaram a ser organismos potentes das forças produtivas, configurando-se no cenário da materialização dessas relações. Além disso, política habitacional, que é executada por empresas privadas do setor imobiliário, é financiada com dinheiro público. Nesse sentido, o Estado neoliberal age como coparticipante do capital e centro do dispositivo de intervenção.

A transição de responsabilidades sociais por parte do Estado para o setor privado, por exemplo, é uma característica da política neoliberal. É o que acontece no contexto dessa pesquisa, em que o Estado, na escala municipal, assume um papel coadjuvante nesse processo, uma vez que, quem decide o local que o empreendimento será construído, a faixa de renda dos beneficiários e as características construtivas dos imóveis são as empresas incorporadoras. Para Harvey (2004), a parceria entre público e privado significa que o poder público entra com os riscos (como o endividamento público e a mercantilização das cidades) e a iniciativa privada com os lucros.

Entendida como uma ideologia teórico-política, o neoliberalismo surge no século XX com o intuito de restabelecer as bases do pensamento liberal, principalmente visando combater o intervencionismo estatal. Diante desse cenário e de acordo com Castells (1983), o espaço urbano é construído sob uma ideologia desenvolvimentista extremamente desigual, provocando o fortalecimento do neoliberalismo com o apoio do Estado, em forma de planejamento e gestão, de acordo com o padrão do mercado, que se manifesta em sua postura favorável às empreiteiras.

Em 1970, com a crise econômico-financeira internacional, houve uma transformação no papel dos governos, que passaram de provedores de habitação a facilitadores, com o objetivo de apoiar a expansão do mercado privado criando, assim, condições, instituições e modelos de regulação destinados a promover sistemas financeiros habitacionais que viabilizem a compra da casa própria. Desse modo, essa estratégia concede uma maior representatividade às empresas ao passo que desresponsabiliza o Estado das obrigações de ofertas de serviços sociais.

Nas cidades brasileiras, o processo de urbanização cresceu consideravelmente nas últimas décadas, causando vários problemas. Segundo Joan Alier (2007), a distribuição ecológica, que se refere à disseminação social e geográfica dos perigos das instalações é pensada ainda na etapa da produção, que utiliza os recursos naturais e gera resíduos, ameaçando a existência dos grupos locais, o que leva aos conflitos pelo uso da água e acesso às florestas. Isso traz a negação do direito à cidade (LEFVBRE, 2001), haja vista que essas práticas que invadem os territórios tradicionais interferindo, assim, na sua impossibilidade em continuar existindo.

Desse modo, os grupos afetados pela distribuição ecológica, sofrem com o processo de tomada de decisão da autoridade política, que pode optar por fórmulas autoritárias baseadas numa análise de custo/benefício reducionista pautada em uma lógica monetarista complementada por alguma avaliação cosmética de impacto ambiental. (ALIER, 2007). Assim, o espaço urbano tornou-se cada vez mais complexo, com dinâmicas espaciais que alteram sua estrutura segundo os interesses dos agentes imobiliários ou grandes empresas.

Para fins de organização da dissertação, este trabalho está dividido em cinco seções, sendo a primeira e a última referentes às Introdução e Conclusão, respectivamente. A segunda seção, intitulada “A Comunidade do Maracanã”, é constituída a partir de uma perspectiva descritiva da comunidade, seu processo de formação, sua relação e usos com a natureza estabelecidos no território da APA.

A terceira seção, “Estado Neoliberal, a Urbanização e o Programa Minha Casa Minha Vida”, traz uma discussão sobre as concepções de Estado neoliberal, o processo de urbanização no Brasil e na cidade de São Luís. Além disso, nesse momento da reflexão se ressalta, ainda, uma descrição do PMCMV, resgatando o seu contexto político, seu papel na reconfiguração do espaço no Brasil e especificamente no Maracanã.

Por fim, na quarta seção, “Estratégias de resistência da Comunidade e sua interpelação ao Estado”, faz-se uma retomada e melhor detalhamento sobre os impactos socioambientais no Maracanã. Além disso, se analisa e caracteriza a mobilização coletiva do Maracanã em suas formas de interpelação ao Estado

atualmente. Descreve ainda o processo de formação do Conselho Consultivo (CONAM) e do Plano de Manejo da APA do Maracanã, a organização que seus atores foram dando a esses instrumentos de discussão e mobilização. As parcerias que o CONAM foi construindo são observadas como uma rede de relações para ter acesso às estruturas de oportunidades, e mobilização de políticas a partir de um lugar de natureza.

1- A COMUNIDADE DO MARACANÃ

Como dito, esse capítulo será dedicado a situar a Comunidade do Maracanã, o que inclui a história da sua ocupação na memória coletiva, seu regime de uso comum, seus vínculos afetivos com a terra e sentimento de pertencimento e às suas formas de defesa do território. Para isso, utilizou-se informações constadas nos materiais do grupo CITEMA e as narrativas de alguns moradores e lideranças do Maracanã, que rememoram o “Maracanã de antigamente” e refletem sobre o “Maracanã de hoje”.

A comunidade do Maracanã é centenária e possui mais de mil habitantes. Tal coletividade possui formas próprias de organização social, além de uma importante teia de parentesco e compadrio. Toda a região do Maracanã se caracteriza pelos atrativos naturais que são utilizados pelas famílias para o seu sustento, sendo fruto do juçaral, o principal bem comercializado.

Localizada na zona rural de São Luís, inserida na macrorregião e na APA do Maracanã, a comunidade possui uma rica diversidade de atrativos naturais, culturais, religiosos e históricos. Essa área apresenta feições de periferia urbana, mas mantém estreitos vínculos com o modo de vida rural.

Os moradores da localidade reconhecem como a Comunidade do Maracanã, em que empregam um modo de vida que expressam uma forma de cuidado com a natureza construída ao longo do tempo. Os processos sociais de construção do território são tidos, nesse contexto, como heterogêneos, e as realidades impelem aos sujeitos maneiras específicas de interpretar e agir na defesa de suas territorialidades.

Essas formas de se relacionar com a natureza, os seus jeitos de saber fazer, estão presentes nas maneiras de reprodução física e cultural na comunidade. A construção social do território e dos saberes estão relacionadas às diferentes práticas culturais, dentre elas, as práticas extrativas da juçara, que ensejam um vínculo com as palmeiras.

Os estudos mais recentes sobre as comunidades culturalmente diferenciadas no Brasil, demarcam uma diversidade de existência de formas coletivas em suas relações com a territorialidade. Tal categoria conceito surge no contexto de debate sobre os direitos dos povos quanto a sua autonomia territorial, exemplificado pela Convenção 169 da OIT¹ (Organização Internacional do Trabalho).

Desde a década de trinta até a de setenta, a expansão dos movimentos migratórios no Brasil acompanhados de investimentos na infraestrutura- como a construção de grandes estradas, hidrelétricas, megaprojetos de mineração e instalação de parques industriais- alteraram contundentemente as relações fundiárias no país atingindo, assim, diversos povos.

Segundo Almeida (2004), desde a Constituição de 1988, tem havido uma institucionalização do termo “populações tradicionais”. É importante ressaltar que, na leitura do termo “populações tradicionais”, esse tradicional não se opõe necessariamente ao moderno, não significando um atraso, mas, se constitui numa nova categoria operacional que o aparato do Estado utiliza para entender situações concretas.

Esse termo então tem de passar por um processo de resignificação, o que implica numa politização dessa forma de conhecimento. Essa politização do tradicional vem seguida do advento da identidade coletiva constituindo um novo padrão de relação política que está surgindo no país. Isso envolve os povos indígenas, os camponeses, os extrativistas, e se chega numa dimensão em que novos agentes sociais aparecem com as designações que eles próprios se auto

atribuem: seringueiros, quebradeira de coco babaçu, castanheiro, ribeirinhos, pescadores, quilombolas, que antes, na história, não designavam identidades coletivas, senão de uma referência historicista.

A auto atribuição, acompanhada do advento de novos movimentos sociais (que têm raízes locais, consciência ecológica, critério político organizativo e um fator étnico), depois de 1988, diz respeito a um conjunto de novos termos e representa uma passagem para uma nova dimensão do conceito de tradicional, rompendo assim com um “biologismo dessas figuras típicas” passando a ser figuras do Direito. (ALMEIDA, 2004)

A formação sócio-histórica da comunidade do Maracanã, pertencente ao Distrito São Joaquim do Bacanga, se estabelece no século XVII, fazendo parte das várias aldeias indígenas do Tupinambás na ilha do Maranhão, “Upaon-Açu” (D’ABBVILLE, 1975). Tal dado é desconhecido pelos antigos moradores, que afirmam que a comunidade se originou de um antigo quilombo. Para Almeida (2004), nas discussões sobre territorialização, os quilombos representavam uma forma de acesso à terra, como uma recusa à escravidão. À época, a área era dividida em duas partes, a saber, Maracanã e Alegria, que tinham rivalidades de cunho racial, uma vez que a primeira era considerada “terra de preto” e a última demarcava seu território como “terra de branco”. (ARAÚJO, 2012).

Não se sabe ao certo a origem da palavra “Maracanã”, mas contam os mais antigos que lhes foi atribuído esse nome pelos moradores do Alegria pejorativamente, devido aos conflitos raciais da época. Essa atribuição se originou na ideia de que os negros da comunidade eram tão barulhentos como um maracanã, um pássaro amazônico¹. Provavelmente o barulho que eles se referiam advinha das festas de origem africana, como o tambor de mina, por exemplo. (ARAÚJO,2012)

Uma prática antiga no Maracanã são as conversas durante a noite em frente às casas. Na ocasião, sob a luz do luar, os mais velhos rememoravam suas histórias aos mais novos, contando as lendas, histórias de visagens e seres, os acontecimentos do passado, os repasses dos saberes tradicionais.

Ao acessar essas lembranças, os antigos mantinham o controle social a partir do imaginário permeado de mistérios e estórias. Muitas destas são de

origem europeia que ao longo do tempo foram ressignificadas em várias regiões do Brasil. As mais famosas no Maracanã são “o gritador” e a “cavalacanga”, assim como também a “mãe d’água”.

O “gritador” saía durante a noite de lua cheia e assustava quem estivesse na rua até tarde. Ele acompanhava sempre um caixão e possuía um grito tão assustador que intimidava até quem quisesse bisbilhotar das brechas das janelas. Já a “cavalacanga” seria uma aparição de uma mulher que, por ter relações amorosas com um padre, foi amaldiçoada e condenada a vagar pelas noites (ARAÚJO,2012). Essa história também conhecida em regiões do país como a mula sem cabeça. Sobre a mãe d’água, tem-se várias narrativas. Uma delas é encantar os banhistas e pescadores levando-os para o fundo dos rios.

Esses seres e suas histórias, além de se referirem à religiosidade, podem ser entendidas como uma espécie de mecanismo de controle social no Maracanã pois, implicitamente, estava posto que não se deveria ficar na rua até a madrugada, afinal, por ser uma comunidade predominante agrícola na época, os trabalhadores das roças acordavam cedo e precisavam repousar cedo também; ou ainda a interdição dos banhos nos rios no período noturno para evitar o afogamento das crianças e jovens.

Segundo Lima (2000), em meados do século XIX, a única forma de acesso ao Maracanã se dava a partir de um igarapé do Rio Bacanga, que desembocava no povoado Furo, por meio de barcos e canoas. De acordo com O.L.F., antiga moradora e conselheira do CONAM- Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental da Região do Maracanã-, existia ali a antiga Fazenda Bacuri, onde eram plantadas cinco palmeiras de juçara que indicavam o local exato de desembarque, chamado Porto Belo dos Valentos, *“hoje em dia já foi tudo aterrado com a construção dos apartamentos (atualmente o conjunto Vila Maranhão), mas toda a nossa história começou por lá”* (conversa realizada em 05.08.2023)

Em nível nacional, um número significativo de modos tradicionais de vida, com seus próprios sistemas de apropriação comum dos recursos, foi irremediavelmente desorganizado pelas agressões provenientes da especulação imobiliária e pela expulsão dos comunitários dos seus territórios.

1.1- A questão ambiental e a APA do Maracanã para a comunidade: sobre os modelos de natureza

Para começar essa discussão, é importante frisar que, para as populações tradicionais, a relação entre natureza e a humanidade não é dicotômica. Efetivamente, esses modelos de natureza locais são “experiências de vida” e desenvolvem-se através do uso, na imbricação das práticas locais, com processos e conversações mais amplos.

Desta forma, os seres vivos e não vivos, e com frequência, os supranaturais não são vistos como entes que constituem domínios distintos e separados, mas, nas palavras de Descola (1996), pertencem a uma comunidade socioeconômica, submetida às mesmas regras que os humanos. Nessa visão, o mundo não está apartado de nós, e nosso conhecimento do mundo pode ser descrito como um processo de adestramento no contexto do envolver-se com o meio ambiente. Os seres humanos, deste ponto de vista, estão arraigados na natureza e imersos em atos práticos, localizados. O conhecimento local é um modo de consciência baseado no lugar, uma maneira específica de outorgar sentido ao mundo. (ESCOBAR, 2005)

Há aqui uma observação a ser considerada, trata-se da transformação da concepção ocidental de natureza que, tanto economicamente quanto para as ciências tidas como modernas, passa a perceber a humanidade como externa ou superior aos próprios fluxos de natureza dos quais faz parte (DESCOLA, 2016). Esse sentido de externalidade coloca sociedade e natureza em dois polos distintos, delimitando uma natureza fragmentada, exposta nos espaços urbanos como paisagens, parques, áreas de proteção, reservas e outros. Elaboram-se socialmente modelos de natureza na cidade, que reforçam e participam de um modelo econômico, e se tornam pautas de uma política ambiental.

Segundo Arturo Escobar (2005), o fato é que, com a globalização, houve o processo de desaparecimento do lugar. Isso porque, no modelo de natureza global, a natureza passa a ser entendida como externa e passível de ser determinada pelo sistema de pensamento humano. O desenvolvimento dessa perspectiva passa a autorizar a humanidade à transformação e ao controle da natureza pelo desvio de cursos de águas, pelo desmatamento para construções

de amplos espaços como empreendimentos imobiliários, esportivos, locais para megaeventos ou estruturas que atraíam investimentos, por exemplo.

Essa assimetria entre os modelos de natureza tornou-se mais evidente nos discursos sobre a globalização, nos quais o global é igualado ao espaço, ao capital, à história e a sua agência, e o local, com o lugar, o trabalho e as tradições. De acordo com Arif Dirlik (2000), o lugar sofreu o processo de desaparecimento no “frenesi da globalização” dos últimos anos, e este enfraquecimento do lugar tem consequências profundas na compreensão do conhecimento, da natureza, e da economia. Nesse sentido, a intersecção do ambiente com desenvolvimento significou um profundo rompimento do lugar.

O desaparecimento do lugar é um reflexo da assimetria existente entre o global e o local na maior parte da literatura contemporânea sobre a globalização. Algumas geógrafas feministas tentaram corrigir esta assimetria afirmando que o lugar também pode conduzir a articulações através do espaço, por exemplo, através de redes de diferentes tipos. Nestes trabalhos, todavia, a relação entre o lugar e a experiência enraizada, com algum tipo de limite, mesmo que poroso e intersectado com o global, está insuficientemente conceitualizada.

Por outro lado, a concepção de “natureza para contemplar” é, por vezes, acionada pelo global no sentido de agregar um valor monetário à natureza. As bases ideológicas dos movimentos preservacionistas se fundamentavam na ideia de conservação da “natureza selvagem” desprezando a presença indígena já residente nessas áreas, as tomando como terras vazias. Com isso, surge nos EUA no século XIX, a criação de áreas protegidas, embasadas primeiramente nos ideais românticos, que tinha o ser humano como o rei da criação que deveria subjugar a natureza, destituída de direitos.

De acordo com Diegues (2008), O surgimento dos parques nacionais sem moradores para a preservação e apreciação estética da vida selvagem, com vistas a um turismo ecológico, sofre várias críticas e logo é superado pelo Conservacionismo, modelo que defendia o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos (urbanos). Esses ideais foram precursores do que hoje se entende como "desenvolvimento sustentável".

O modelo conservacionista norte-americano se espalhou rapidamente pelo mundo recriando a dicotomia entre "povos" e "parques". Essa ideologia se expandiu sobretudo para os países periféricos e seu efeito foi devastador sobre as populações tradicionais, uma vez que os seus espaços coletivos foram usurpados pelos parques nacionais.

No Brasil, desde o início da década de setenta, a problemática ambiental foi trazida para o primeiro plano, inserindo o meio ambiente como elemento a ser considerado no desenvolvimento dos países. Segundo Júlio Bellingieri (2018), essa emergência surge logo após o entusiasmo pelo crescimento econômico das décadas de 1940 e 1950 e pela preocupação nos anos 1960, pela sobrevivência do planeta.

Para Alier (2007), essa preocupação com os impactos ambientais e os riscos à saúde, decorrentes das atividades industriais, urbanização e agricultura moderna, deu origem ao chamado “evangelho da ecoeficiência”, que pregava um desenvolvimento sustentável dos recursos naturais. Esse modelo de ecologia surge como uma ciência gerencial para remediar ou limpar a degradação causada pela industrialização, porém não apartada dos vínculos empresariais. A promoção do desenvolvimento sustentável é uma intenção paradoxal, uma vez que o crescimento econômico implica maiores impactos ao meio ambiente, ao passo que ao passo que, ao invés de gerar oportunidades para que todos ganhem econômico e ambientalmente, resultam em fiascos generalizados.

A ideia de uma “natureza natural”, elaborada como contraponto a uma “natureza modificada”, subsidia as delimitações ou parcelamento de territórios urbanos, colocando-os como de relevante interesse ambiental, enquanto outros são tidos como disponíveis para uma lógica degradativa do consumo. Todavia, isso não ausenta a possibilidade de flexibilização da própria norma, pois através da classificação ou reclassificação dos usos dos espaços urbanos se pode dar mais acesso a esses lugares delimitados de natureza. Por essa razão, as definições de usos tornam-se um dos elementos centrais dos chamados conflitos socioambientais.

As Unidades de Conservação (UCs) e suas classificações foram sendo elaboradas sob influência dessa forma de interpretação e convívio com os ambientes. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), órgão do Ministério do Meio Ambiente, foi criado, sendo responsável pela gestão das Unidades de Conservação (UC) que são definidas como “espaços territoriais e recursos ambientais com características naturais relevantes” (BRASIL, 2000).

As UC se dividem em dois tipos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável, orientadas pelas noções de preservação e conservação. A primeira se relaciona com usos indiretos dos recursos naturais, e a segunda é relativa ao uso direto desses recursos através de propostas entendidas como sustentáveis.

As Áreas de Proteção Ambiental (APA) estão incluídas na segunda categoria do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC- Lei n. 9.985/2000).

A unidade de conservação do Maracanã é classificada como unidade de uso sustentável e, mais especificamente, como Área de Proteção Ambiental. Sua forma organizativa é descrita, a partir dessa concepção, como aquela que associa determinado grau de ocupação humana, e se caracteriza por agregar elementos naturais, estéticos e culturais de valor para a qualidade de vida de suas populações. Nessa lógica, seus objetivos centram-se em moderar o processo de ocupação, instruindo ao uso sustentável dos recursos naturais. O SNUC prevê ainda para essas áreas a formação de um conselho formado por representante do órgão responsável pela administração da área, por representantes de órgãos públicos, sociedade civil e população residente.

Conforme o artigo 9º, algumas práticas são vedadas e limitadas nas APA's, tais como: a implantação e o funcionamento de indústrias poluidoras, capazes de afetar mananciais de água; a realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais; o exercício de atividades capazes de provocar uma acelerada erosão das terras e/ou um acentuado assoreamento das coleções hídricas; o exercício de atividades que ameacem extinguir na área protegida as espécies raras da biota regional. (BRASIL,2000)

De acordo com a concepção expressa em lei, as unidades devem ser criadas mediante estudos técnicos e consulta pública, com finalidade de

identificar a localização e os limites apropriados para a preservação e conservação, e devem possuir plano de manejo para que fiquem claras as possibilidades de uso e as características dos espaços de proteção.

Sendo apresentadas ora como uma alternativa para frear o desgaste ambiental causado pelas formas ocidentais capitalistas de produção, ora como forma de reserva de elementos da natureza para que se tenha matéria-prima futura, esse modelo de natureza legitimado e operacionalizado por dispositivos legais se apresenta atualmente nas cidades e, nesse sentido, a humanidade torna-se distante e proprietária da natureza, daí a necessidade de produzir formas de protegê-la ou de reservá-la para um uso posterior, mantendo as UCs em relação constante com o processo de expansão urbana nas cidades.

Na cidade de São Luís há uma certa preocupação na manutenção e conservação do patrimônio histórico e artístico, e de forma crescente se tem observado algum interesse em questões referentes à natureza. Isso se expressa pela formação de complexos ambientais ou instalação de equipamentos urbanos em unidades de conservação como os parques ambientais e APA's. Essas transformações podem estar vinculadas à tentativa de evidenciar a natureza presente na cidade, enquadrando-a em exigências do mercado e nas discussões da formação de "cidades sustentáveis".

No Maracanã, na década de 1970, como foi citado anteriormente, a configuração social da comunidade foi bastante alterada em função, principalmente, da formação de ocupações e da instalação do Parque Industrial de São Luís. A primeira estrada de acesso foi construída em 1973, denominada Barragem do Bacanga, planejada para facilitar a ocupação imobiliária expandindo as áreas urbanas, a partir da presença de empreendimentos imobiliários e industriais. Este período foi marcado pelo discurso de modernização do Maranhão, sustentado no programa desenvolvimentista dos governos militares, com apoio de setores da burguesia.

Tal crescimento na região se iniciou com a construção da rodovia BR-135 e se consolidou com a implantação do Distrito Industrial de São Luís, a partir da chegada dos grandes projetos minero-metalúrgico, como a ALUMAR- Consórcio de Alumínio do Maranhão S.A.- por exemplo, que se destaca como uma das maiores produtoras de alumina e alumínio do mundo, além de atuar na extração de minério de ferro da Serra dos Carajás no Pará, fazendo, assim, o transporte

pela estrada Ferro Carajás até o Porto da Ponta da Madeira, em São Luís para exportação.

Esses megaprojetos vieram acompanhados de obras de infraestrutura com grandes investimentos governamentais, tais como a construção de rodovias, ferrovias e linhas de transmissão de energia elétrica, conduzindo a expansão da atividade portuária industrial na área de influência do complexo portuário em São Luís, na baía de São Marcos.

Segundo moradores da comunidade, o sr. João Guimarães, conhecido como Joca, morador antigo e engenheiro agrônomo, foi uma figura importantíssima no processo de criação da APA do Maracanã. Tendo um forte afeto pela natureza e preocupado com a preservação dos juçarais, ameaçados na época pela intensificação da aquisição de sítios no Maracanã e o extrativismo de pedras para a construção civil, direcionou a comunidade para iniciar o processo de tornar aquela espacialidade em área de proteção ambiental.

Somente em 1991, na gestão de Edison Lobão (PFL) e através do Decreto Estadual nº 12.103, de outubro de 1991, o governo do Maranhão criou a Área de Proteção Ambiental do Maracanã (APA):

Art. 1º – Fica criada, no Estado do Maranhão, a Área de proteção Ambiental- APA- da Região do Maracanã, com o objetivo, dentre outros, de disciplinar o uso e a ocupação do solo, a exploração dos recursos naturais, a integridade biológica das espécies, os padrões de qualidade das águas.

Art. 6º – Fica determinado que, na APA do Maracanã, poderão ser desenvolvidas atividades múltiplas, desde que sejam obedecidos critérios de conservação, segurança, racionalidade e observada a legislação ambiental (Federal, Estadual e Municipal), executando-se àquelas de caráter predatório e que possam provocar alterações drásticas na biota local e regional ou causem impactos ambientais (MARANHÃO, 1991).

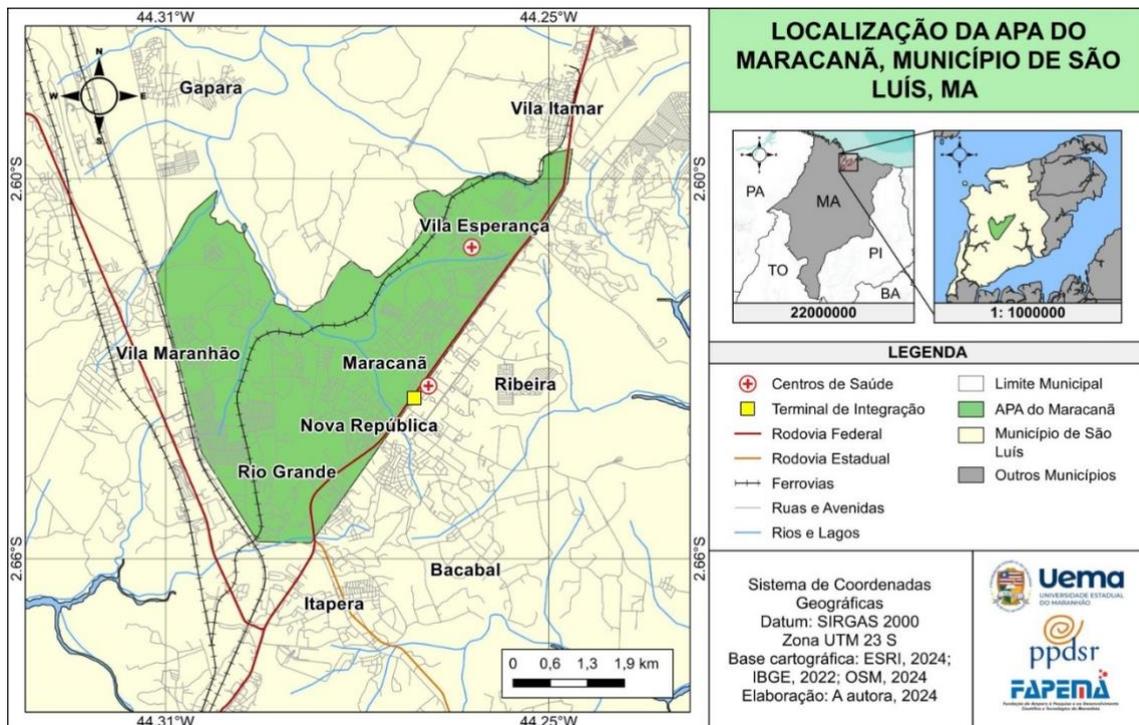
Ela possui uma área de aproximadamente 1.831 hectares e se localiza geograficamente na porção mais oriental do bioma Amazônia, exercendo um importante papel na sua extensão conservada, haja vista que reúne vários ecossistemas, como: matas galerias, matas secundárias, vegetação hidrófila, mangue e ambientes aquáticos.

A região abriga várias nascentes que alimentam o reservatório do Batatã, uma das principais fontes de abastecimento hídrico de São Luís e é cortada por dois grandes rios. O primeiro é o Rio Grande, que possui nascente no povoado Rio Grande e desemboca no Rio dos Cachorros. O segundo é o Rio Maracanã,

formado por brejos que nele deságuam. Esse potencial hídrico vem sendo ameaçado constantemente pela expansão urbana.

A área do Maracanã, onde está localizada a APA, é constituída por dez bairros, tais como: Maracanã, Alto da Alegria, Vila Jacu, Alto Bonito, Santo Antônio, Rio Grande, Vila Sarney, Bacabalzinho, Vila Industrial e Vila Esperança.

Figura 01: Bairros da APA do Maracanã



Fonte: Elaborado pela autora, 2024

É preciso considerar que o contexto de formação de alguns dos bairros de São Luís próximos ou em relação direta com unidades de conservação se deu em condições de ocupações, sendo resultado de um processo de urbanização excludente, e que a criação legal dessas unidades esteve vinculada a interesses sociais e as tentativas de conter uma expansão urbana.

Com efeito, a grande extensão da APA vem sendo submetida a um intenso processo de urbanização, resultante do crescimento populacional no seu interior e entorno. Segundo os moradores, os problemas começaram a aparecer ainda na fase da terraplanagem dos terrenos para a construção dos conjuntos, que levou entulhos e materiais residuais para os córregos, riachos e nascentes. Isso, além de tornar a água imprópria, levou a morte de vários cursos d'água, prejudicando os juçarais e os banhos: *“as pessoas que organizavam os banhos em seus próprios sítios, cobravam uma pequena taxa por pessoa, vendiam ali sua galinha caipira, sua ‘cervejinha’ foram as mais atingidas. Era uma forma de agregar na renda”* (conversa com O.L.F., realizada em 05.08.2023).

Os juçarais na região ocultam cursos d'água e brejos que, para os moradores, são redutos da “mãe d'água”. Esses seres encantados que habitam as matas estariam ameaçados porque as águas estão sendo violadas por conta dos processos de assoreamento e morte dos rios, riachos e córregos, decorrentes da construção dos conjuntos habitacionais (SHIRAIISHI, LIMA E ALCOBAÇA, 2018).

Esses modelos de conservação, como as APA's são sistemas frágeis, uma vez que autorizar uma obra em uma unidade de uso restrito representa um contrassenso à própria regra estabelecida na arena política, implicando em dificuldades legais, sociais e políticas. É preciso considerar ainda que a noção de sustentabilidade é entendida socialmente como benéfica e, por isso, deter sua conceituação significa influenciar na classificação do que pode ser apreendido como boa ou má ação referente à natureza.

O fato de a criação da APA não impedir a instalação dos conjuntos na área anos mais tarde revela a face autoritária e contraditória do Estado. Nessas circunstâncias, surge uma nova ordem de conflitos que reconfigurou o espaço da comunidade, impondo reordenamentos territoriais e trazendo consigo novos desafios para a população. Sobre isso, O.L.F., lamenta: *“cresci ouvindo que a APA era um lugar blindado, que a gente estava protegido, mas quando nos demos conta, pensamos: meu Deus, quem autorizou essa tragédia?”* (conversa realizada em 05.08.2023). Segundo ela, toda a documentação sobre as autorizações e licenciamentos para a realização das obras do PMCMV na APA “sumiram”.

A interpretação que se tem é que esse modelo de unidade de conservação pode receber atividades diversas, como moradias, comércios e espaços públicos, desde que se considerem as atribuições do plano de manejo e as questões relativas à interpretação de sustentabilidade que instaura esse modelo como legítimo ao poder público.

1.2- Forma de organização social e a economia da juçara

A forma de apropriação comum de espaços e recursos naturais se caracterizam pela utilização comunal de determinados espaços e recursos, como os quintais e o parque da juçara. A utilização dos recursos naturais sob a forma de uso comum, numa rede de relações sociais complexas, que pressupõem cooperação simples no processo produtivo e nos fazeres da vida cotidiana, constitui-se em um processo de territorialização que redesenha as maneiras segundo as quais a comunidade se organiza e se autodefine.

Para Shiraishi, Lima e Alcobaça (2018), a forma de organização de vida no Maracanã é compreendida a partir da “economia da juçara”, já que o território apresenta uma rica diversidade de recursos naturais, culturais e históricos. Dentre eles, destacam-se os juçarais e buritizais abundantes, espalhados pelos quintais das casas e pelas ruas, pelos córregos e nascentes.

Os quintais, nesse contexto, representam espaços de convivência que reforçam e mantêm a socialização entre vizinhos e parentes. Esses arranjos são permeados por uma extensa teia de parentesco, de compadrio, de ajuda mútua, composto por normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade desse grupo. Além desses espaços comuns, há também os espaços domésticos, como os sítios, as hortas.

Figura 02- Palmeiras de juçara em um quintal no Maracanã



Fonte: acervo pessoal da autora, 2023

No Maracanã, o regime de uso comum é observado pela apropriação familiar e social dos juçarais, que pertencem a uma ou mais famílias, porém, segundo Shiraishi, Lima e Alcobaça (2018), os juçarais localizados nos quintais adentram os terrenos de outras famílias, sem a delimitação de cercas ou muros, o que configura um usufruto coletivo.

Nesse caso, os cuidados com os juçarais e a distribuição da produção são, portanto, compartilhados entre as famílias que deles fazem uso.

Um aspecto relevante no Maracanã é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, à sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Os conhecimentos implicados na colheita e manejo dos frutos são repassados de geração a geração pela observação, oralidade e prática cotidiana (SHIRAISHI, LIMA E ALCOBAÇA, 2018).

Os sistemas tradicionais de manejo revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais. Conforme Shiraishi, Lima e Alcobaça (2018), a coleta da juçara,

começa envolvendo os pés em um cordão de nylon, chamado de “pêa”, que possibilita a movimentação pelo caule da palmeira. Uma vara é utilizada com um gancho na ponta para alcançar os cachos mais altos, que são identificados pela coloração dos frutos.

As crianças aprendem acerca da identificação dos frutos maduros, a coleta na palmeira, retirada dos frutos dos cachos, a seleção entre os verdes e os maduros e a extração da polpa, que é produzida por meio de uma máquina. Ela tritura a casca do fruto, produzindo mais poupa em menos tempo. Antigamente, essa tarefa era feita de forma artesanal e consistia em deixar os frutos na água sob o sol e esperar até que a casca amolecesse. Depois, com uma garrafa, os frutos eram socados dentro de um recipiente. Para os mais velhos, esse método dá uma maior qualidade final ao produto, diferentemente da máquina, onde o caroço não é triturado e misturado à poupa, o que melhora o sabor (SHIRAIISHI, LIMA E ALCOBAÇA, 2018).

Para a Comunidade, a transmissão do conhecimento tradicional para as gerações futuras é de suma importância. A prática de coleta da juçara e os saberes relacionados ao manejo do fruto continuam sendo repassados, embora hoje em dia, segundo relatos dos moradores, represente um grande desafio, devido às novas tecnologias.

Atualmente, novas preocupações estão sendo despertadas pelos moradores em torno da “economia da juçara”, devido a problemas inéditos que se desenvolvem no âmbito das unidades familiares e que têm prejudicado a vida de toda a comunidade. A vegetação nativa, cerrada e fechada permanece de pé em muitos pontos na região, contudo, em outros, é visível o aterramento dos cursos d’água, o esgoto a céu aberto e a ampliação de áreas desmatadas.

A gradativa diminuição da produção de juçara que tem afetado o consumo das famílias, afeta também as relações sociais e os cuidados com os juçarais, que têm se dobrado. Na ótica desses moradores, a vida no Maracanã antes da construção dos conjuntos do PMCMV era pacata, simples e segura. Todavia, a violência aumentou bastante após a chegada de tantas pessoas para os conjuntos residenciais e a comunidade teve de lidar com novos conflitos, como a prática de assaltos e até mesmo com a prática de “furto” de juçara.

Esses “furtos” representam uma interferência ao ciclo natural por um segmento com uma lógica distinta, uma vez que prejudicam as juçareiras, e a reprodução de novas palmeiras, já que o fruto é retirado ainda verde. Esses acontecimentos envolvendo os furtos de juçara, vem demandando dos moradores uma postura mais vigilante. Os cercamentos dos espaços das casas, pelo visto, têm se constituído de uma prática de proteção dos moradores, dos juçarais, dos cultivos e dos objetos, garantidores da reprodução das maneiras de viver da comunidade.

As interdições comunitárias, como o período certo para a colheita da juçara e os cercamentos, regulam o acesso aos recursos naturais limitando a sua degradação. Isso revela que a permanência dessa população tradicional em seus habitats pode levar, de forma mais adequada, à conservação da biodiversidade.

1.3- As festas e os vínculos de pertencimento

Os vínculos sociais, simbólicos e rituais que os grupos socialmente diferenciados mantêm com seus respectivos ambientes biofísicos representam um elemento fundamental para dotar um espaço com o sentimento de pertencimento. Para Paul Little (2002), os territórios dos povos tradicionais se fundamentam em décadas e até mesmo em séculos de ocupação e essa persistência fornece um peso histórico às suas reivindicações territoriais.

Segundo a concepção de lugar, na ótica de Arturo Escobar (2005), como experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, ainda que a identidade seja construída e não fixa, continua existindo um sentimento de pertencimento que faz com que se considere se a ideia de “regressar ao lugar”.

Esse vínculo construído através da transformação da localidade em lugar é refletido por Lima (2008), quando aponta:

[...] o Lugar aparece como uma parada no movimento. A pausa permite que determinada localidade se transforme em um centro

de reconhecido valor, na medida em que o indivíduo estabelece uma relação de intimidade através da permanência em um local. A permanência propicia o acompanhamento da dinâmica, da vida e do movimento da localidade, tornando possível a participação nos eventos. A participação e a permanência do local favorecem o estabelecimento de laços, pois se experimenta a vida na dimensão do corpo, das sensações e emoções. Portanto, a permanência associada à localidade é um importante elemento na constituição do Lugar. [...] A transformação do espaço em lugar acontece pela relação de familiaridade com o espaço, como já mencionado anteriormente, sendo que a relação de familiaridade implica relação afetiva, de reconhecimento e de satisfação de determinados desejos e interesses. Quando essas necessidades são satisfeitas, valoram-se os atributos que a localidade oferece (LIMA, 2008, p. 54).

Com efeito, tomando como base essa visão, além do modo de vida, é, sem dúvida, o reconhecer-se como pertencente àquele grupo social particular fundamental para entender a forma de organização do Maracanã. As festas, as lendas, e a simbologia mítica, além da religião, afirmam a coesão social, embora de forma alguma fazem desaparecer os conflitos.

Nessa direção, convém destacar que o Maracanã possui ricas expressões de religiosidade e de lazer, que emergem de uma experiência histórica e coletiva, como o bumba-meu-boi, manifestações religiosas de origem afro-brasileiras, festejos de Santos, Festa dos Reis e a tradicional Festa da Juçara.

A tradição, segundo Almeida (2004), é inventada e produto da criação de uma mobilização coletiva. Aquilo que é tradicional está ligado a um processo de mobilização que consegue, por assim dizer, impor uma outra modalidade de acesso à terra, uma outra modalidade de acesso aos recursos naturais.

Nesse sentido, a Festa da Juçara, que já acontece há mais de 50 anos (em outubro de 2023 acontecerá a 54ª edição), foi fundada a partir da iniciativa da geógrafa Rosa Mochel, à época, secretária de ação comunitária do município. Ao longo dos anos a festa foi realizada em vários locais até se estabelecer no Parque da Juçara, em 1980, local que antes era sítio de propriedade de Rosa Mochel e que mais fora vendido à Secretaria de Turismo do Estado.

Figura 02: 50ª Festa da Juçara



Fonte: Instagram Parque da Juçara, 2019

Durante a festa, que ocorre sempre no pico da safra do fruto, acontecem atividades variadas além da venda da juçara, como apresentações do Boi do Maracanã, Tambor de Crioula e Dança Portuguesa. (SHIRAIISHI, LIMA E ALCOBAÇA, 2018).

O bumba-meu-boi do Maracanã, mais conhecido como o Batalhão de Ouro, tem o sotaque de matraca e uma das brincadeiras mais respeitadas do Maranhão e realiza apresentações em vários locais fora do estado. Segundo Marcelo Araújo (2012), o surgimento dessa brincadeira está associado ao pagamento de uma promessa de um antigo morador. Após a graça concedida, os outros membros da comunidade passam também a fazer seus agradecimentos aos santos.

Na década de 1930 foi iniciada a Festa de Reis, que acontece geralmente no mês de janeiro, que combina elementos do cristianismo católico com outras tradições, com a montagem de presépio enfeitado com palhas de coqueiro, que serão queimadas após a festa em um ritual denominado “queima de palhinha”, no ciclo natalino.

Figura 03- Cerimônia da queima da palhinha



Fonte: Odelina Ferraz, 2023

A cerimônia mistura cânticos, rezas e ladainhas, cantadas em latim por uma rezadeira da comunidade. Sua representatividade diz respeito ao sentimento de pertença, como forma de eternizar a lembrança da formação do bairro, que se originou no processo de ocupação e organização territorial por diferentes grupos à época. A festa de Reis conjuga duas versões, a festa de “Reis Pobres” e de “Reis Ricos”.

Essa festividade é iniciada dia 24 de dezembro e estendida até o dia 7 de janeiro, dia da coroação dos reis. De acordo com Marcelo Araújo (2012), o reisado de Alecrim (Reis Ricos) é realizado na sala da residência de uma antiga moradora, onde o presépio é armado. Ao lado dessa casa há um barracão e em frente, um terreno, onde há a celebração com a radiola. Toda essa área é cercada e a entrada é cobrada, para o custeio da festa. Segundo Shiraishi, Lima e Alcobaça (2018), outro motivo para os participantes cercarem o espaço da festa é para se ter uma maior vigilância e controle de pessoas estranhas à comunidade, devido às ameaças sofridas.

Apesar disso, os cercamentos não significam o isolamento ou fechamento da comunidade quanto à participação de outras pessoas na festa, tampouco para evitar os relacionamentos com os outros. Trata-se de uma convivência desconfiada e cautelosa diante dos acontecimentos do cotidiano.

No dia 5 de janeiro começam as ladainhas, puxadas pelas pastorinhas, que trajam vestidos de cores verde e branco, fazendo alusão à planta alecrim. Um cordão humano é formado por cerca de vinte mulheres de idades variadas que proferem agradecimentos ao menino Jesus e orações do “Pai Nosso” e “Ave Maria”, que são intercaladas por cânticos em português e em latim. Não se sabe a origem desses cânticos, mas são ressignificados de tempos em tempos e repassados pelas gerações a partir da oralidade.

Após as ladainhas e orações, as pastorinhas, acompanhadas pelos músicos e seguidas pelos outros participantes, saem pelas ruas com destino às casas do rei e da rainha (adolescentes) e da dama e do vassalo (crianças). Ao chegarem na casa do rei, pedem licença, dizendo: “*porta aberta, meus reis, estou na porta aberta*”. Após a licença concedida, as pessoas adentram o recinto, onde são recepcionadas com muita comida (mingau de milho, bolo, refrigerante). Nesse momento, as músicas são interrompidas e todos devem comer fartamente.

Terminada a pausa, a próxima parada é a casa da rainha. A romaria é retomada agora liderada pelo rei, que está à procura da rainha. Ao chegarem na casa da rainha, todo o processo é repetido até passarem pelas casas da dama e vassalo, respectivamente.

No dia seguinte, dia 6 de janeiro, Dia de Reis, as ladainhas são cantadas novamente na casa anfitriã, agora com a presença dos casais. Depois disso, o cortejo sai em direção à Igreja Católica do Maracanã, onde a parada é mais longa e são entoadas, novamente, ladainhas e orações. Na saída da igreja, seguem para as casas dos pagadores de promessas, que recebem o rei e oferecem comida a todos.

No dia 7 de janeiro, é festejado o dia de “Festa de Reis Pobres”. Nesse dia, as pessoas saem nas ruas pedindo, de casa em casa, comida e bebida. A origem da festa de “Reis Pobres” se deu com a formação de um quilombo. Como nesse

período, os ex-escravizados não tinham condições materiais, saíam nas casas dos moradores pedindo auxílio para realização da festa de Reis (SHIRAIISHI, LIMA E ALCOBAÇA, 2018).

Outra versão da sua origem consiste em um grupo de pessoas do bairro Desterro, em São Luís, que foram ao Maracanã participar da festa dos Reis de Alecrim, em 1930. Findada a Festa, ficaram impossibilitadas de retornar para suas casas, pois a maré estava seca (única forma de acesso). Esse grupo permaneceu no Maracanã durante alguns dias e já sem dinheiro, saíram pelas ruas pedindo comida e bebida.

No ano seguinte, essa prática foi adotada pela comunidade recebendo o título. Nos escritos de Araújo (2012), a seguinte canção representa essa festividade:

Oh! Viva o Reis do Maracanã/
Oh! Viva o Reis do Maracanã/
A nossa viagem ficou pra amanhã/
Adeus, amigos. Adeus, companheiros/
Nosso Reis é pobre, não tem mais dinheiro/
Onde o Reis é bom? É no Maracanã/
Onde o Reis é bom? É no Maracanã/
Oh! Viva o Reis do Maracanã/
Oh! Viva o Reis do Maracanã/
A nossa viagem ficou pra amanhã/
Adeus, amigos. Adeus, companheiros/
Nosso Reis é pobre, não tem mais dinheiro/
Onde o Reis é bom? É no Maracanã/
Onde o Reis é bom? É no Maracanã/

Nesse dia, a concentração acontece na sede do bumba- meu- boi do Maracanã, onde se iniciam as orações e cânticos e, logo em seguida, a peregrinação com as paradas pelas casas, onde os anfitriões já os aguardam com bebidas alcoólicas. Esse percurso não se limita apenas às ruas da Comunidade, mas por alguns bairros adjacentes e dura o dia todo. Chegada à noite, a cerimônia é encerrada também na sede do boi, com um grande banquete preparado pela Comunidade e também com a coroação dos reis.

Simultaneamente, a Festa de Reis de Alecrim ficou conhecida como Festa de “Reis Ricos”, contrastando com a outra. Essa festividade, por sua vez, se origina das famílias que se estabeleceram posteriormente na área, comprando pequenos lotes e terrenos. A distinção das festas de Reis na comunidade entre

“Reis Pobres” e “Reis Ricos” tem sua origem no processo de ocupação e organização territorial pelos diferentes grupos (SHIRAISHI, LIMA E ALCOBAÇA, 2018).

Contudo, essa distinção, que demarcava as diferenças entre os moradores “pobres” e “ricos”, não persiste atualmente. Ela perdura somente como uma forma de lembrança de um passado remoto, já que todos “brincam” igualmente nas festas e toda a Comunidade está engajada nas duas celebrações. Os reisados no Maracanã se originaram na organização e celebração das festas em um cenário de acirradas disputas raciais em relação aos moradores da Alegria. Contudo, a questão racial não é mais a principal norteadora dos conflitos entre as duas comunidades. Embora, hoje em dia, não haja disputas declaradas entre Alegria e Maracanã, na sutileza dos detalhes há uma competição de quem realizaria a melhor festa, como visto no cântico anteriormente mencionado, nota-se as provocações ao dizer que “o Reis é bom no Maracanã”.

É válido ressaltar que na Comunidade Alegria, os folguedos de Reis também são celebrados. De acordo com Marcelo Araújo (2012), em Alegria acontecem duas festividades: Reis das Nuvens e Reis Sempre Vive.

A Festa de Reis das Nuvens, acontece nos dias 5 e 6 de janeiro. Uma parte acontece no barracão “Rei das Nuvens” e outra em uma capela ao lado. Em frente, há uma área vasta que é cercada durante os festejos. Nessa área é colocada uma radiola, que passa a tocar músicas de vários estilos como o forró, o brega, o funk e, principalmente, o reggae. Isso somente após os rituais realizados na capela. O rito é composto por dois casais: um rei e uma rainha e uma dama e um vassalo.

Figura 04: Rei, rainha, vassalos e cordão da Festa dos Reis das Nuvens



Fonte: Odelina Ferraz, 2024

Outro personagem são as pastorinhas, que são mulheres que “puxam” as ladainhas e cânticos em forma de cordão (círculo). As vestimentas das personagens são de cor azul e branco. Músicos também são contratados para as celebrações, responsáveis por fazer um fundo musical no momento das orações. Os recursos para a realização das festas são obtidos pela própria comunidade através das doações.

Já o Reis Sempre Vive, os trajes dos participantes são das cores amarelo e branco. Essa celebração possui mais de um século e se assemelha bastante com a “Reis das Nuvens”. Os preparativos são iniciados bem cedo, sobretudo a parte da decoração da capela, com a preparação do presépio.

Figura 05: Festa dos Reis Sempre Vive



Fonte: Odelina Ferraz, 2024

Diferentemente do reisado anterior, não há presença da radiola, mas sim de seresteiros que embalam as noites após as ladainhas, que são entoadas por cânticos em português e por algumas passagens em latim. Após o momento da ladainha começa a seresta no barracão, ao lado da capela. Sobre isso, os participantes costumam dizer que “a festa não tem hora para acabar” (ARAÚJO,2012). Alguns participantes das celebrações do Maracanã afirmam que os trechos das suas canções foram copiados pelas celebrações de Alegria.

Em todos os momentos, segundo Marcelo Araújo (2012) percebe-se o empenho da Comunidade em fazer “tudo dar certo” para não quebrar as promessas com o menino Jesus. No momento final da celebração, todos saem muito emocionados e satisfeitos e é uníssono as “vivas” de júbilo.

Essa comunidade, rica de tradições, remanescente de quilombo, como ela mesma ressalta, se vê “assaltada” repentinamente por um projeto de fora, sem sua consulta prévia e sofrem drasticamente com os efeitos do PMCMV. O próximo capítulo vai ser pensado a partir dessa política e da urbanização que chega no Maracanã pelo Programa, imbicado no neoliberalismo.

2- ESTADO NEOLIBERAL, A URBANIZAÇÃO E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

A construção deste capítulo se estabelece na intenção de destacar o projeto neoliberal, bem como sua confluência na urbanização no contexto da política habitacional no país, especificamente do Programa Minha Casa Minha Vida.

A princípio, é importante problematizar que a categoria “neoliberalismo”, não se refere ao resgate da teoria política contratualista do século XVII, principalmente aos ideais de John Locke, considerado pai do liberalismo. De acordo com Anderson (1995), o pensamento neoliberal se origina no contexto após a Segunda Guerra Mundial, atravessado pelo domínio capitalista imperialista dos EUA e países europeus em oposição ao WelfareState, postura intervencionista do Estado, e propondo uma nova abordagem capitalista que exclui a intervenção direta do Estado do plano econômico.

O papel do Estado neoliberal é a de proteger a liberdade de entidades do mercado e validar os acordos firmados entre elas, o que Harvey (2014) diz mais:

O neoliberalismo deve favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercado de livre funcionamento e do livre comércio. (HARVEY, 2014)

Assim, a política neoliberal está respaldada na ideia de que o Estado seria o responsável por assegurar a liberdade individual, isto é, a privatização, sob a ideologia de que ao valorizar a iniciativa privada, estaria motivando a geração de riqueza e o surgimento de novas tecnologias. Assim, o Estado neoliberal faz o uso de seu poder para impor ou inventar sistemas de mercado e buscar reorganizações internas e novos arranjos institucionais que melhorem sua posição competitiva diante de outros Estados no mercado global.

Porém, as consequências dessa política impactam diretamente as classes subalternizadas, haja vista que deixariam de ser assistidas pelo poder público na garantia de direitos e serviços públicos, tornando-se vulneráveis às iniciativas do setor privado.

No Brasil, a partir da década de 90, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estado já assumia feições neoliberais ao se aliar aos setores econômicos, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). A partir de então, surge o que Armando Boito Jr. (2003), chama de “nova hegemonia burguesa no Brasil”. Nesse contexto, cabe dizer que ao longo dos anos 2000, houve a ampliação e o aprofundamento do que já acontecia na década de 1990, ou seja, a transferência, por parte do Estado, de suas responsabilidades para o setor “produtivo”.

Em 2002, depois de ter sido derrotado por três vezes, Luiz Inácio Lula da Silva enfim venceu a eleição presidencial. Ao adotar um discurso político moderado, o antigo líder sindical foi capaz de conciliar o apoio de setores políticos históricos do PT com o de um novo eleitorado, insatisfeito com os resultados das administrações do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) de FHC e seduzido pelo reformismo proposto pelo PT.

Nessa direção, o governo Lula, que anteriormente gerava uma expectativa positiva por parte da esquerda brasileira e internacional, se revelou em decepção e revolta entre os trabalhadores e intelectuais, pois esse governo não só manteve os pilares do modelo capitalista neoliberal dependente como também aprofundou alguns aspectos desse modelo se assemelhando aos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, isto é, uma “política continuísta” (BOITO JR., 2003).

Para Rolnik (2015), se a vitória de Lula teve significado simbólico forte, ganhando sentido de triunfo histórico dos trabalhadores, migrantes, pobres e marginalizados da sociedade brasileira, e se representou uma vontade de mudança generalizada, ela não significou uma ruptura radical, mas antes uma acomodação de interesses e intenções conflitantes. O continuísmo do governo Lula dispõe de bases de apoio na classe média e no campo operário e popular. Porém, os reais beneficiários da política neoliberal são a grande burguesia brasileira, principalmente o setor bancário, o capital imperialista e o capital financeiro internacional. Os governos Lula têm agido pressionados por essa classe e como seu representante, ao manter o modelo econômico neoliberal dependente.

Com a adesão ao neoliberalismo, foi gerada a implantação de uma nova hegemonia burguesa no Brasil, que é a hegemonia regressiva do modelo capitalista neoliberal e periférico. A grande parte dos seus apoios políticos é, portanto, a mesma utilizada por Fernando Henrique Cardoso. Lula herdou e reproduziu o bloco no poder que beneficia o grande capital, o capital estrangeiro e os bancos. Além disso, herdou também o apoio do meio popular ao neoliberalismo.

Os governos neoliberais, tanto os antigos quanto os atuais seguem representando a grande burguesia interna e o capital financeiro internacional. A burocracia do Estado burguês tende a monopolizar o processo de tomada de decisão nos serviços públicos no Estado de bem-estar social, nos quais o movimento operário e popular dificilmente obtém participação ampla.

Assim, a classe alta média avalia que os seus interesses são bem mais atendidos por essa proposta neoliberal que pela expansão dos serviços públicos e dos direitos sociais. Com efeito, o neoliberalismo atua visando eliminar tais direitos adquiridos a partir das políticas sociais de caráter universalista e de igualdade de acesso.

Guerreiro (2017) aponta que nos primeiros anos de gestão do governo Lula (2003-2006) houve uma articulação interna importante entre o setor da construção civil e o setor financeiro a partir do funcionamento do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), no âmbito das melhorias institucionais do governo Lula, criando uma ligação entre este mercado e o de capitais. Diz que *“trata-se da elevação de renda e aumento da base assalariada com capacidade de consumo”* (p.07).

Uma das primeiras iniciativas tomadas pelo governo Lula foi a criação do Ministério das Cidades. Esse órgão governamental foi especificamente encarregado de formular a política urbana em nível nacional e fornecer apoio técnico e financeiro a governos locais, integrando as arenas institucionais das políticas federais de habitação, saneamento e transportes.

2.1- A urbanização no contexto neoliberal

A urbanização surge inicialmente na Europa no século XVIII, mas é somente no século XIX que se expande no resto do mundo. Com a Revolução Industrial, grande parte da população mundial passou a se concentrar nas cidades perto das fábricas. Para Henri Lefebvre (2001), o crescimento demográfico dos centros urbanos nesse contexto ocorreu de forma acelerada, impactando diretamente nas questões sociais, demandando novas habitações e terra disponível.

Para Henri Lefebvre (2001), a problemática urbana impõe-se a um ponto de partida que é o processo de industrialização. Esse processo foi o motor de

várias transformações da sociedade, porém a urbanização é a problemática do se configura entre os efeitos induzidos e não pelas causas ou as razões indutoras da industrialização. Dessa maneira, é importante salientar que quando a industrialização começa, juntamente com o capitalismo concorrencial e a burguesia industrial, a cidade, que é o objeto da urbanização, já tinha uma poderosa realidade.

O que há, nesse contexto, é um duplo processo, ou melhor, um processo único com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social (LEFEVBRE,1991). Esses dois aspectos desse processo são inseparáveis. Possuem uma unidade, mas ao mesmo tempo são conflitantes, uma vez que existe, historicamente, um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial.

Esse processo dialético, Henri Lefebvre (2001) chama de “implosão-explosão” da cidade. Nele, o fenômeno urbano se estende sobre uma grande parte do território nos grandes países industriais. Outro aspecto importante é que o “tecido urbano”, ou ainda a “sociedade urbana” (LEFEVBRE,2001), está para além do êxodo rural, mas está relacionada com a vida social e cultural, que penetra inclusive o campo.

Essa influência da vida urbana nos campos se dá a partir dos serviços, que representam o sistema de trocas e que se tornam essenciais, como: fornecimento de água e eletricidade, do gás, do carro, da televisão, entre outros. Entre os elementos do sistema de valores, tem-se: o lazer ao modo urbano, com mais danças, a adoção das modas que vem da cidade, as preocupações com a segurança, etc.

Devido à expansão do comércio e da industrialização houve um aumento do crescimento de mais valia e locus de capital na cidade, produzindo segregação através do Estado e de sua lógica capitalista. Desta forma, a desigualdade de acesso à terra gera desigualdade de investimento. Isso transformou o tecido urbano num espaço desigual, permitindo condições dignas de moradia apenas a quem possui o capital financeiro LEFEVBRE (1991).

De acordo com a análise de Manuel Castells (1983), o processo de urbanização pode ter dois sentidos: um seria a concentração espacial de uma população, partindo de limites de dimensão e densidade; e outro seria no sentido de uma difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos, que ele

chama de “cultura urbana”: *“a cultura urbana trata-se do sistema cultural característico da sociedade capitalista. Na mesma linha de pensamento, os termos ‘urbanização’ e ‘industrialização’ foram assimilados e equivalentes”* (CASTELLS, 1983, p.39).

Durante séculos o Brasil como um todo foi um país agrário. De acordo com Milton Santos (1993), a urbanização no Brasil teve seu início a partir do século XVIII, com o deslocamento da elite rural para as cidades, uma vez que *“a casa da cidade se torna a residência mais importante do fazendeiro ou do senhor de engenho, que só vai à sua propriedade rural no momento do corte e da moenda da cana”* (SANTOS, 1993). O processo da urbanização brasileira se intensifica entre as décadas de 1960 e 1970, colocando a cidade em um status de centro de capital produtivo, aumentando ainda mais o êxodo rural. Entre 1940 e 1980, dá-se uma completa inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira (MORAES, 2017). De acordo com Milton Santos (1993), há meio século – 1940, a taxa de urbanização era de 26,35% e já em 1980 alcança 68,86%. Nesses quarenta anos, a população total do Brasil triplicou, ao passo que a população urbana se multiplica por sete vezes e meio. E nas décadas de 70 e 80, o crescimento quantitativo da população urbana já era maior que o da população total. O processo de urbanização conhece uma aceleração e ganha novo patamar, consolidado na década seguinte (SANTOS, 1993).

As cidades no contexto neoliberal mostram um cenário de especulação, exclusão e inovação. Nesses espaços observamos as relações de dominação presentes nas transformações que acarretam impactos socioambientais. Esse caráter neoliberal do Estado vai se refletir, conseqüentemente, nas políticas públicas, revelando a nova configuração governamental no contexto urbano. Em vista de tais mudanças e superinflação de pessoas em área urbana, as cidades passam a necessitar de serviços que o Estado deve garantir e assim as políticas urbanas vão se formando para que haja uma organização do espaço urbano.

Na política de habitação especificamente, o mercado popular passa a ser lucrativo para as empresas incorporadoras do ramo imobiliário e construtoras.

Segundo Moraes (2017), tal fato reafirma que as políticas habitacionais no Brasil nunca atenderam às reais necessidades dos segmentos de mais baixa renda. Principalmente nas últimas décadas, o Estado tendeu a adotar a função

de facilitador e subsidiário da habitação, assumindo papel secundário na construção das cidades.

São nesses espaços que os agentes que pensam e usam a cidade organizam o planejamento urbano de acordo com seus interesses. No Brasil, desde as manifestações sociais de 1960, houve uma necessidade de promover políticas urbanas voltadas para os importantes avanços. As feições da cidade são averiguadas no processo de urbanização brasileira, visto que a periferização e a segregação socioespacial condensaram-se em grande parte decorrentes de uma política habitacional. Segundo Melchior (2016), a habitação torna-se desde então uma das faces mais importantes e complexas da urbanização.

A partir da década de 1990, a junção do neoliberalismo ao processo de democratização do Brasil definiu importantes transformações na urbanização do país (SOUZA, 2018). Nesse sentido, faz-se observar que o neoliberalismo aqui citado consiste em um modelo hegemônico vigente, respaldado em uma lógica político-econômica que visa defender o livre comércio, a não participação do Estado na economia, objetivando aumentar sua produtividade e conseqüentemente o lucro, com a isenção de impostos. Desta forma, vale ressaltar que o neoliberalismo está intrinsecamente ligado ao modo de produção capitalista.

Para David Harvey (2016), as contradições do capitalismo (riqueza-pobreza, monopólio-concorrência, etc.) ganham amplitude e forma material na paisagem geográfica. Nisso, a urbanização tem um papel importante, isso porque as aglomerações urbanas produzem a centralização geográfica, favorecendo, assim, a sustentação coletiva das atividades produtivas. Além disso, a urbanização é crucial para a absorção de excedentes do capital, uma vez que, na acumulação do sistema capitalista, há uma massa crescente de mão de obra e dinheiro à procura de algo rentável para investimento e movimentação dessa acumulação, com riscos e crises cíclicas durante o processo.

Nesse contexto, a produção imobiliária na cidade se apresenta como uma alternativa de reinvestimento de excedentes e apropriação para o capital financeiro global, acelerando e aprofundando a especulação imobiliária e os conflitos sociambientais. Sob essa ótica, uma contradição inevitável do capitalismo está em deslocar o capital e deixando para trás o seu rastro de

destruição. Ele cria uma paisagem geográfica que satisfaz suas necessidades momentâneas apenas para destruí-la em outro momento.

Com a urbanização as pessoas não se veem mais na natureza. Entre elas há um distanciamento essencial para realidade urbana. A partir daí, a cidade não coincide mais com o campo e resulta de um modelo que contribui para o aumento de desigualdades e a degradação do meio ambiente, reproduzindo espaços de conflitos e impactos ambientais. O século XXI foi marcado por esse processo de crescimento urbano de forma ainda maior, pois a maioria da população mundial começa a deixar o campo e a viver nas grandes cidades.

É esse neoliberalismo urbano quem promove a financeirização da cidade, observando que o capital financeiro promove a valorização fundiária. Desse modo, o resultado dessa lógica é excludente, na medida em que essa busca pela maximização da valorização agregada ao solo urbano, que tende a lançar a população de baixa renda para áreas distantes, uma vez que a presença dessa população em locais de grandes potenciais tende a desvalorizá-lo.

A transformação do planejamento urbano modernista na era neoliberal é vasta e tem identificado como tais projetos têm sido um elemento central de reposicionamento competitivo das cidades frente às transformações econômicas do capitalismo.

Em função da superacumulação, a expansão territorial e setorial do mercado permitiu absorver o capital excedente, através da transformação da habitação em mercadoria e ativo financeiro em várias regiões do planeta. Esta é uma das contradições do capitalismo: o fato de que ele necessita do espaço físico para funcionar. Em certos momentos da história, o capitalismo destrói o espaço – e desvaloriza a maior parte do capital ali investido. Em um momento posterior, abre caminho para um novo ajuste espacial, através da abertura de novos territórios para um novo ciclo de acumulação.

A necessidade de remuneração do capital financeiro investido nos processos de transformação urbanística que define seu conteúdo urbanístico. Por essa razão, não se trata mais da implementação de transformações urbanísticas como instrumentos de estratégias e planos de desenvolvimento futuro das cidades, definidos por e a partir das necessidades dos cidadãos, mas,

de um urbanismo de projetos, que privilegia a negociação em detrimento da regra majoritária e o contrato em detrimento da lei.

2.2- Urbanização de São Luís

A cidade de São Luís, no estado do Maranhão, é uma das três capitais brasileiras localizadas em ilha, havendo significativa conexão entre seus diferentes ecossistemas, e as intervenções podem afetar sensivelmente a região. A expansão da cidade a partir de seu sítio, hoje centro histórico da cidade, foi ao longo do tempo compondo áreas que podem ser observadas como de urbanização mista e desigual (MARICATO, 2013).

Percebida pela lógica de mercadoria, a cidade de São Luís, assim como outras cidades brasileiras, foi sendo envolvida e produzida a partir de matrizes que o mercado considera economicamente rentáveis.

O processo de urbanização de São Luís teve início entre as décadas de 1970 e 1980 devido à impulsão provocada pelos grandes projetos industriais, com destaque para a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e o Consórcio Alumínio do Maranhão (ALUMAR) e a incessante busca de emprego, situação que também atingiu os outros municípios da Ilha com o decorrer dos anos.

A implantação do sistema viário nos anos de 1967 e 1970 possibilitou o crescimento do município, com a construção da Barragem do Bacanga (1970), ligando a área central de São Luís ao Porto do Itaqui; e da segunda ponte sobre o Anil, a Ponte Governador José Sarney (1971), possibilitando a formação do bairro São Francisco na década seguinte, isto é, ligando o centro à orla marítima, complementada pela construção da Avenida Maestro João Nunes.

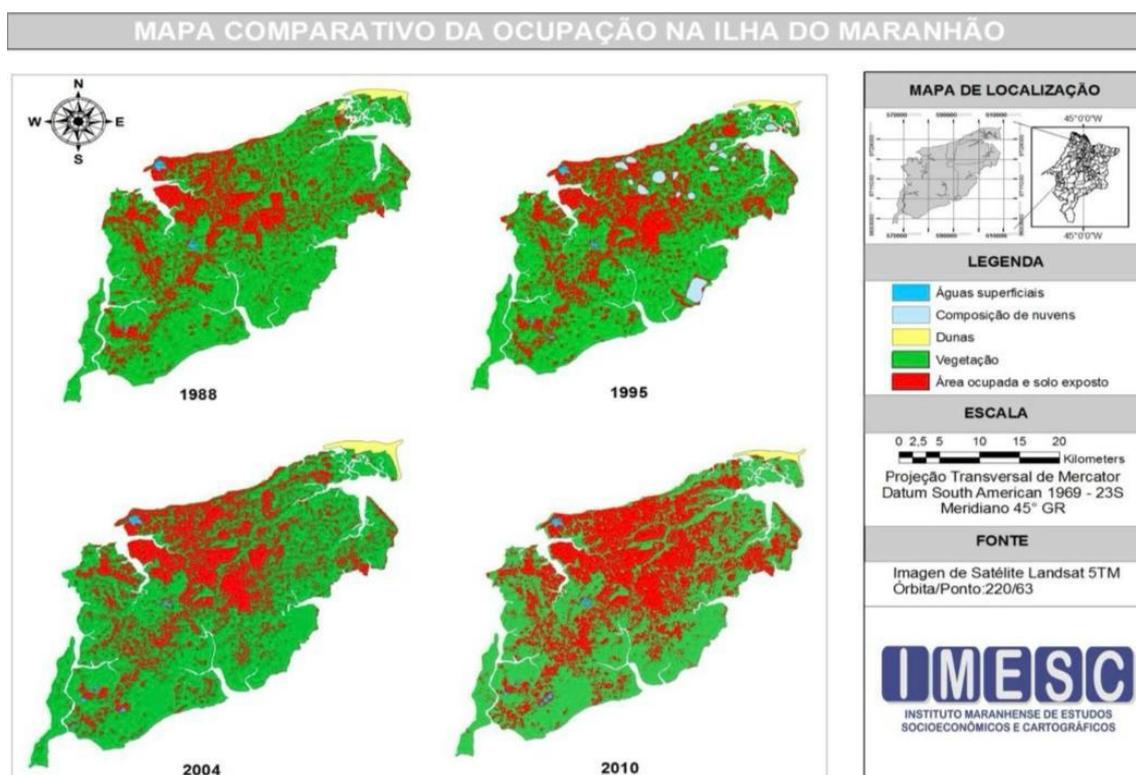
Dessa forma, o poder público passa a executar políticas que agregam os segmentos sociais não marginalizados ou mais favorecidos, apoiando empreendimentos imobiliários com apoio técnico, financeiro e administrativo. Surgem, assim, gradativamente em vários pontos da cidade, conjuntos habitacionais que receberam os nomes das cooperativas que os idealizaram, originando novos bairros, cada vez mais afastados dos setores comercial e administrativo da cidade (DINIZ, 1999).

Os lugares da cidade selecionados para a construção dos conjuntos habitacionais consideradas áreas afastadas do centro comercial e residencial, eram limitadas pelos rios Bacanga e Anil (OLIVEIRA, 2004). De acordo com

Santos (1993), esse processo é somado aos outros dois movimentos, que seriam o crescimento do conjunto viário e a estabilização dos bairros periféricos. Na época, a distância entre os bairros e o centro da cidade formou vazios urbanos, desencadeando posterior especulação imobiliária exercida pelo crescente mercado imobiliário de São Luís.

Nesse mesmo período, ocorre um crescimento populacional em São Luís, em virtude do processo migratório da população rural, que na época empregava-se principalmente na construção civil (OLIVEIRA, 2004).

Figura 06 – Mapa da evolução da mancha urbana de São Luís entre 1988 e 2010.



Fonte: Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC

Esse planejamento elaborado pelo governo do estado procurava atender às demandas de habitação em São Luís, pois ao implantar os conjuntos habitacionais no sistema de cooperativas, obteve na época apoio do Banco Nacional de Habitações (BNH), suporte da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) e do Programa Nacional de Capitais e Cidades de Porte Médio (PNCCPM) (OLIVEIRA, 2004).

À época, cinquenta e cinco conjuntos habitacionais foram instalados, entre eles, de acordo com Lopes (2008, p. 38):

De 1971 a 1999, foram construídos 55 conjuntos habitacionais, entre os quais o Angelim, Vinhais, Maiobão, Cidade Operária, São Raimundo, Cidade Olímpica, Jardim América I e II, e os conjuntos Ipase, Cohama, Cohajap, Cohatrac, Cohapan, Ipem e Cohab Anil I, II, III e IV, configurando uma mancha urbana descontínua.

O contínuo aumento populacional gerou o fenômeno de conurbação entre os dois mais populosos municípios da ilha (São Luís e São José de Ribamar), principalmente pela expansão urbana da capital ludovicense, representado pelo aparecimento de áreas periféricas desprovidas de infraestrutura. Nessas localidades, os serviços públicos estão ausentes, o arruamento é desordenado e as condições de vida para essas comunidades revelam-se dramáticas (DINIZ, 2004).

Para Diniz (1999) no início da década de 1990, a capital maranhense se torna o maior centro de atração de fluxos migratórios interurbanos, caracterizando-se como uma área de concentração dos mais elevados estoques de migrantes do interior do Estado.

É provável que o processo de exclusão territorial urbana, também produtor da exclusão habitacional, somado aos períodos migratórios do campo em direção à cidade, tenham formado os bairros considerados periféricos que atualmente se encontram próximos ou são parte de algumas dessas unidades de conservação ambiental em São Luís.

Nesse sentido, a cidade se torna ao mesmo tempo lugar de habitar para sua população e produto para o mercado. Essa forma de produção da cidade procura ressaltar seus atributos materiais e simbólicos, que nesse processo mantém trocas constantes.

A lógica econômica, ao se apropriar de aspectos naturais e das concepções culturais que se relacionam à cidade, vai distribuindo estruturas como centros comerciais e culturais, museus, galerias, edifícios, esculturas, e outros elementos que reforcem a produção de uma cidade acessível para os que podem escolher seus lugares de trabalho e habitação.

2.3- Breve histórico das políticas habitacionais (1946-2008)

As primeiras iniciativas brasileiras delineadoras de uma política habitacional ocorreram durante o governo de Eurico Gaspar Dutra por meio da atuação da Fundação Casa Popular (FCP), em 1946. Foi criada para financiar a construção e aquisição de imóveis populares nas áreas rural e urbana para a população que não tinha acesso aos Institutos de Aposentadoria e Previdência (IAP), e para financiar a indústria de matérias primas e de material de construção. A FCP perdurou até 1964, porém não teve uma atuação muito efetiva: em seus 18 anos de existência, entregou apenas 17 mil moradias (FERREIRA, 2009).

Em 1964, foi criado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) cujo principal pilar era o Banco Nacional de Habitação (BNH). Para Gustavo Oliveira (2014), o SFH captava recursos de duas fontes principais:

- i) o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - um tipo de poupança compulsória constituída por depósitos correspondentes a 8% da remuneração paga ao trabalhador e 3% opcionais pagos pelo empregado - que serviria de renda ao último durante eventuais períodos de perda de emprego ou após a aposentadoria;
- ii) Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE), fundo de poupança voluntária, que serviria para financiar o setor das classes média e alta. (OLIVEIRA, 2014, p. 03)

Na mesma direção, o BNH converte-se em empresa pública em 1966 e, de acordo com Rolnik (2015), segue o modelo da Fannie Mae, criada nos Estados Unidos em 1938 que tinha como objetivo a compra da carteira hipotecária dos bancos que originavam os financiamentos, aumentando sua liquidez para novos empréstimos. A partir desse momento – e ainda mais nos anos seguintes, quando aumenta a participação de representantes das instituições financeiras privadas na direção do banco –, o BNH transforma-se em instrumento privilegiado de financiamento interno da economia do país.

Ao mesmo tempo, é nesse período que o governo cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), um fundo financeiro formado pela contribuição mensal de empregadores aos seus empregados. O FGTS funciona mediante depósito de 8% das remunerações em conta vinculada de natureza privada, sob gestão pública, conformando uma poupança compulsória do trabalhador. A partir de 1967, o FGTS passa a ser o principal *funding*¹ do BNH. A magnitude dos recursos do FGTS alçou o BNH à condição de segundo estabelecimento

bancário do país, desde sua criação até o início dos anos 1970, e o fundo é, até os dias de hoje, a grande fonte de recursos da política habitacional.

A criação do FGTS e sua transformação na principal fonte de recursos para a política habitacional – e de saneamento – no país fortaleceram a dimensão financeira do programa, ao subordinar as decisões sobre para quem, onde, como e de que forma investir em habitação à necessidade de remuneração dos recursos desse fundo. O BNH, com estes recursos, tornou-se, à época, o maior banco de financiamento imobiliário do mundo.

O período em que vigorou o SFH foi marcado por forte centralização de recursos do governo federal e descentralização da política habitacional por meio das Companhias Estaduais de Habitação (COHABs), que empreendem grandes conjuntos habitacionais nas periferias das cidades. Também são introduzidos programas de apoio à autoconstrução, tais como lotes urbanizados e financiamento de centros sociais e equipamentos urbanos nos conjuntos já implantados, apesar de estes últimos representarem parcela pouco significativa dos recursos investidos pelo BNH. O descolamento entre os índices de correção monetária e a inflação do período tornaram, no entanto, o BNH altamente deficitário.

Em 1986, o BNH foi incorporado pela Caixa Econômica Federal (CEF), sendo que seu prejuízo, estimado em 50 bilhões de reais, foi absorvido pelo Tesouro Nacional. Em seus vinte e dois anos de existência, o BNH financiou 4,3 milhões de unidades domiciliares. Estas moradias, no entanto, foram destinadas especialmente às classes média e alta. Por isso, conclui-se que tal política habitacional não foi efetiva para solucionar o problema do déficit habitacional nas classes mais pobres, porque exigia dos mutuários uma inserção formal na economia e não contemplava iniciativas comunitárias de construção civil (FERREIRA, 2009).

Isso explica, em parte, por que apenas 30% do total de 4,5 milhões de financiamentos habitacionais concedidos através do BNH, entre 1970 e 1986, tenha se dirigido aos setores de menor renda. Explica, igualmente, a diversificação dos investimentos do banco, que na década de 1970 passa a financiar também grandes obras de infraestrutura.

Em 1997, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), é editada a lei que institui o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), edificado em três pilares: hipoteca (nos moldes norte-americanos), cessão fiduciária de direitos creditórios de contratos de venda de imóveis e alienação fiduciária de bens imóveis (OLIVEIRA, 2014). A instituição do SFI permitiu também o acesso das incorporadoras, construtoras e instituições financeiras originadoras de financiamentos imobiliários ao mercado de capitais.

As transformações trazidas pelo SFI permitiram um aumento significativo, ao longo dos anos, no número de imóveis financiados, tanto como o apoio do SBPE, quanto do FGTS. Os governos de Fernando Henrique Cardoso, portanto, introduziram mecanismos de mercado à política habitacional brasileira. No entanto, entre 1986 e 2003, “a política habitacional em nível federal mostrou fragilidade institucional e descontinuidade administrativa, com reduzido grau de planejamento e baixa integração às outras políticas urbanas” (ARAGÃO et al., 2011).

Desde 2000, o chamado Projeto Moradia fazia parte de um conjunto de propostas do Instituto Cidadania, coordenado por Lula, tendo em vista a construção de uma política de desenvolvimento para o país que associasse o enfrentamento da questão social ao crescimento econômico e à geração de empregos. O projeto propôs a criação do Sistema Nacional de Habitação, formado pelos três entes da federação, que atuariam de forma estruturada sob a coordenação do novo Ministério das Cidades.

A partir de 2003, uma das primeiras medidas do governo Lula foi a criação do Ministério das Cidades. Para implementar essa proposta, seria prioritária a aprovação do projeto de lei de iniciativa popular que instituiria o Fundo Nacional de Habitação, bandeira do movimento de moradia que tramitava desde 1991 no Congresso Nacional. Inspirado no modelo do Sistema Único de Saúde, esse projeto de lei propunha um sistema federativo de articulação de orçamentos sob controle social.

Em outubro do mesmo ano, durante o primeiro ano do governo Lula, o Ministério das Cidades realizou a primeira Conferência Nacional das Cidades, o que segundo Rolnik (2015) contou com:

2,5 mil delegados eleitos num amplo processo de mobilização social, em mais de 3 mil municípios. A eleição do Conselho Nacional de Habitação foi fruto desse processo, sendo 56% de seus representantes oriundos da sociedade civil (movimentos sociais, entidades empresariais, entidades profissionais, acadêmicas e ONGs) e 42%, do governo (esferas federal, estadual e municipal). (ROLNIK, 2015, p.281)

Os movimentos sociais ganharam grande peso na composição do conselho, ocupando quase metade da representação da sociedade civil. Nessa conferência, além da criação e composição do Conselho Nacional de Habitação, instalado em 2004, foram propostas as diretrizes para a política habitacional do governo. Entretanto, o principal elemento da política habitacional continuava sendo o SFH e seu principal funding, o FGTS, que permaneceram sob a gestão da Caixa, subordinada ao Ministério da Fazenda.

O controle social seria exercido pelo Conselho Nacional das Cidades e por órgãos semelhantes nos estados e municípios, aos quais caberia gerir fundos de habitação que deveriam concentrar recursos orçamentários para subsidiar moradia para a população de baixa renda.

Em 2005, é instituído o Sistema Nacional de Habitação Social (SNHIS), disciplinado pela Lei n. 11.124/05, que estabeleceu as bases para a formulação de um Plano Nacional de Habitação (PlanHab), instituiu o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) como sua principal fonte de financiamento e previu mecanismos de gestão cooperativa, descentralizada e participativa para a habitação de interesse social. Essas medidas aceleraram o crescimento da produção habitacional para a população de baixa renda. Em 2008, um ano antes da criação do PMCMV, foram produzidas 280 mil unidades, envolvendo R\$ 25 bilhões (ROYER, 2009).

Em 2007 é lançado no Brasil o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que recentemente foi atualizado, com a finalidade de promover o desenvolvimento para todas as regiões do Brasil, e parte dos investimentos desse Programa foi direcionada ao setor habitacional. Em 2009, 83,9% dos investimentos de R\$ 41,8 bilhões do PAC foram para esse fim (BARBOSA, 2015).

Desde o final do primeiro mandato de Lula (2003-2006) até o final do governo de Dilma Rousseff (2011-2016), a sucessora no poder, o incentivo ao

consumo figurou como elemento de importância crucial e em escala cada vez maior. Nesse período, as ações do governo federal para ampliar o consumo se iniciaram com a expansão de um programa de transferência de renda, o Bolsa Família, que remonta ao governo anterior.

Somado a isso, o PT passou a fomentar o consumo a partir da expansão continuada do salário-mínimo. Em seguida, essas medidas foram complementadas pela concessão de incentivos para a produção e aquisição de bens duráveis, por meio de isenções fiscais, linhas de crédito com baixas taxas de juro e, em alguns casos, subsídios diretos. (ROLNIK, 2015). Essas medidas que representavam o aumento do poder de consumo de trabalhadores e de pequenos empresários, geraram o que ficou conhecido como “nova classe média”. Contudo, tal governo de coalizão liderado pelo Partido dos Trabalhadores – que se constituiu e cresceu politicamente resistindo ao neoliberalismo – promove o avanço da financeirização da terra e da moradia no país, agravando a crise urbana.

2.4- Programa Minha Casa Minha Vida

No Brasil, o aumento da disponibilidade de crédito – inclusive de crédito imobiliário, uma das medidas centrais do modelo econômico desenvolvimentista – incidiu de forma intensa sobre o preço dos imóveis. Isso se deu particularmente após 2009, quando já vigorava a crise financeira internacional da derrocada do crédito subprime no mercado hipotecário norte-americano.

Com a visão de criar condições de ampliação do mercado habitacional para atendimento das famílias com renda de até 10 salários-mínimos, à época, o governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva (2008- 2011) anuncia o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em março de 2009, instituído pela lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009. Tal lei é específica do Programa em questão, mas também dá respaldo à regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. O Programa Minha Casa Minha Vida representou a medida mais importante, nesse sentido, do primeiro mandato de Dilma Rousseff.

Um “pacote habitacional” é apresentado ao presidente Lula, no final de 2008, pela Caixa, com proposta de acrescentar uma faixa, totalmente subsidiada

e por fora do crédito hipotecário, para a baixíssima renda, a chamada “faixa 1” no PMCMV, para a qual prefeitos e governadores indicariam os beneficiários. Assim, essas medidas foram politizadas: em vez das 200 mil casas, propõe construir 1 milhão e aumenta a parcela do programa que deveria ser dirigida aos setores de mais baixa renda – inicialmente eram 20% das unidades, já que o principal foco era o “segmento econômico” (faixas de quatro a dez salários-mínimos).

No início de 2009, ao serem estabelecidas as linhas básicas do “pacote”, o governo promove uma série de reuniões para discuti-lo com alguns segmentos antes de seu lançamento, em março. Essas reuniões foram realizadas com empresários do setor, prefeitos e governadores – buscando adesão e isenções de impostos estaduais e municipais, com vistas a reduzir custos.

Segundo Rolnik (2015), nessas rodadas de discussões são feitos alguns ajustes na proposta, que começa a ser tratada não mais como “pacote”, mas sim como “programa”. Batizado, então, de Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), o programa deveria se transformar na mais importante ação no campo econômico, articulando a oferta de moradia, demanda histórica e ativo eleitoral tradicionalmente forte, com uma estratégia de crescimento econômico e geração de empregos.

Entre o fim de 2008 e o início de 2009, os movimentos de moradia e o Fórum Nacional de Reforma Urbana realizaram diversas atividades de mobilização, uma vez que, o lançamento do pacote habitacional fora elaborado sem sua participação. É válido ressaltar que esse setor já estava enfraquecido com o desmonte do Ministério das Cidades e com o esvaziamento do Conselho das Cidades.

Foram realizadas várias ocupações e manifestações organizadas em diversos estados, o que resultaram em audiências com o presidente Lula e com a então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Essas audiências aconteceram no início de 2009, quando foram apresentadas pelos movimentos propostas a serem incluídas no “pacote” habitacional. Na pauta estavam a destinação de uma parcela das “1 milhão de casas” para construção por autogestão, além de propostas de melhorias nas formas de financiamento, viabilização de terrenos,

entre outras. Dessa negociação resultou o compromisso de que o programa incluiria uma modalidade – o Minha Casa Minha Vida Entidades. (ROLNIK, 2015)

O PMCMV foi lançado em cerimônia presidida por Lula em março de 2009. Na ocasião, além do presidente, que apresentou o programa, discursaram um representante dos governadores, um representante dos prefeitos, o presidente da CBIC e o presidente da Gafisa. Na plateia, representantes dos movimentos sociais de moradia, incomodados com sua ausência no palco, sinalizaram e obtiveram do presidente o direito à fala.

Desse modo, pode-se dizer que a criação do PMCMV se estabeleceu sobre um campo de convergência entre as três dimensões.

A primeira consiste no fato de que a política depende e incide sobre as estratégias monetárias e fiscais para “salvar” o país da crise de 2008. Quando estoura a crise hipotecária e financeira nos Estados Unidos, os investidores começam a vender suas ações. A situação era de crise internacional e ameaça de quebra do setor, o que poderia contaminar toda a sua cadeia produtiva e, conseqüentemente, a estratégia econômica do governo brasileiro.

Para Harvey (2016), projetos de infraestrutura financiados pelo Estado são implementados nas crises para reavivar o crescimento econômico. Nesse contexto, um programa de estímulo à produção de casas – o Minha Casa Minha Vida – lançou 100 bilhões de reais em crédito imobiliário residencial em dois anos, articulado a um programa de subsídios para a compra de 1 milhão de unidades residenciais produzidas pelo mercado privado.

Nesse sentido, o Estado socorre o mercado driblando assim a crise sobre o emprego e o crescimento econômico no Brasil, com investimentos e aplicação de fartos recursos na construção civil, o que Raquel Rolnik (2015) aponta:

O PMCMV foi também uma saída encontrada para evitar a falência generalizada de empresas de grande porte no setor imobiliário, mantendo a oferta de crédito no patamar necessário para que o setor pudesse manter suas atividades em ritmo acelerado e, assim, dar vazão ao capital imobilizado, na formação de estoques de terra no período anterior (ROLNIK, 2015, p. 32).

Segundo essa autora, o grupo Gafisa juntamente com os empresários do setor imobiliário, atingidos pela crise do *subprime*, fizeram um *lobby* junto ao

Ministério da Fazenda para que o governo federal implementasse um “pacote habitacional” nos moldes do programa chileno de habitação. Esse modelo é interpretado como uma espécie de “ajuda” do Estado aos indivíduos e famílias além de representar a ampliação do mercado.

Desde então, como lembra Rodrigo Teixeira (2014), um conjunto de estímulos como a redução de juros, expansão do crédito dos bancos públicos e do crédito habitacional pelo Programa Minha Casa Minha Vida, a continuidade da elevação real do salário mínimo e dos investimentos públicos planejados no âmbito do PAC e a redução da meta de superávit primário, permitiu que a economia brasileira se recuperasse da crise mais rapidamente que vários outros países, e após uma leve queda de 0,2% do PIB, em 2009, auge da crise no Brasil, cresceu 7,5% em 2010, último ano do presidente Lula, com manutenção da renda e do emprego (TEIXEIRA, 2014).

Por meio de subsídios diretos ao comprador, o governo viabilizaria a compra das 200 mil unidades que as construtoras capitalizadas estavam preparadas para lançar no mercado – operação que estaria ameaçada pela crise se não houvesse essa intervenção estatal.

Esses subsídios seriam dados na forma de aportes para os compradores finais, além de maior facilidade nos créditos hipotecários, com a introdução de um fundo garantidor dos empréstimos. Segundo Rolnik (2015), as negociações iniciais entre os empresários do setor e o Ministério da Fazenda se deram sem a participação do Ministério das Cidades ou da equipe que estava formulando o Plano Nacional de Habitação, sem nenhuma interlocução com o Conselho das Cidades ou com o Conselho da Habitação, e sem diálogo com o SNHIS e seu fundo recém-regulamentado.

Desde 2006, esses fóruns já vinham perdendo incidência na definição dos rumos da política. O “pacote” foi elaborado pelo governo em diálogo direto com os empresários e investidores envolvidos e, inicialmente, tinha como objetivo salvar as empresas e, ao mesmo tempo, funcionar como medida contracíclica para garantir empregos e crescimento num cenário internacional desfavorável. Nesse sentido, suas ações deveriam ser imediatas e, portanto, desviar de qualquer política complexa ou que encontrasse resistências, como é o caso de uma política fundiária.

No auge da crise financeira mundial de 2008, houve uma forte queda no preço dos papéis da Gafisa, e a produção de novas unidades também despencou. Essa queda persistiu até 2009, o que Raquel Rolnik diz mais:

Naquele ano, o ritmo de produção chegou a atingir números próximos àqueles de 2000, e o preço da ação da companhia caiu para cinco reais cada (caindo de cerca de trinta reais cada, em 2007). Após o lançamento do programa federal MCMV, os preços das ações foram recuperados rapidamente e a produção foi retomada – na segunda metade de 2010, a Gafisa lançou cerca de 3 mil unidades habitacionais novas, o recorde superior para a década. [...] O desempenho da Cyrela seguiu a mesma tendência da Gafisa [...]. Após entrarem na Bolsa em 2005, os papéis se valorizaram muito rapidamente, e no segundo semestre de 2007 seus 5.611 lançamentos de unidades novas superaram o que havia sido produzido nos cinco anos precedentes. (ROLNIK, 2015, p. 290)

Embora seu desempenho tenha sido afetado durante a crise financeira internacional de 2008-2009, tanto a valorização acionária como a produtividade foram rapidamente recuperadas graças ao lançamento do PMCMV.

A segunda dimensão, está ideológica e politicamente alicerçada na ideia de combate ao “déficit habitacional”, ou seja, na ideia de que as necessidades habitacionais correspondem a uma demanda reprimida de “casas próprias” a serem construídas. De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, a população urbana do Brasil equivalia a 84% da população nacional e o déficit habitacional do mesmo ano era de 6.940.691 domicílios (FJP, 2013). Esse quadro demandava políticas habitacionais urgentes. Desde então, a questão habitacional vem à tona levando em consideração que a produção de habitação tem impacto em diferentes dimensões da sociedade: econômica, social, política e legal.

É inegável que o Programa tem reduzido o déficit habitacional no país, entretanto, essa redução foi obtida às custas de muitas desvantagens no que se refere ao direito à moradia adequada das populações vulneráveis, além dos impactos socioambientais nos terrenos, melhor dizendo, nos territórios que o receberam.

A terceira, trata-se de um instrumento de fomento à atuação de um setor – a indústria da construção civil –, além de, evidentemente, ser um dos motores do próprio setor financeiro/imobiliário. A experiência da política habitacional chilena, implementada a partir do final dos anos 1970, constituiu em uma espécie de laboratório para que se construísse, já sob a égide do neoliberalismo, uma

política habitacional via mercado, aplicável até em países emergentes onde os assentamentos informais eram a regra.

Tal modelo se torna uma referência para outros países, tendo como suas principais características a mudança da responsabilidade pela provisão de moradia do governo para o setor privado e a política de subsídio à demanda, o que Rolnik diz mais:

Esse modelo foi amplamente reproduzido na América Latina (Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Panamá, Peru e Venezuela). A política de habitação social no Chile constituiu-se basicamente na montagem de uma máquina de produção de casas baratas. Seu principal objetivo foi a dinamização do setor da indústria da construção e a penetração do setor financeiro no setor de moradia social, o que acabou gerando um novo problema habitacional e urbano: os guetos de pobres "com teto". (ROLNIK, 2015, p. 114)

A partir de então, em muitos países, a política de subsídios convivia com um sistema de habitação social como parte do sistema de bem-estar. A disponibilização de recursos públicos sob a forma de subsídios consiste naqueles dirigidos diretamente aos compradores de imóveis. O raciocínio por trás dos programas de subsídio à demanda é o de que mesmo famílias de menor renda poderão mobilizar suas poupanças para financiar suas moradias no livre mercado, apoiadas por um aporte financeiro oriundo de um fundo público. Segundo Rolnik (2015), os principais tipos de subsídio à demanda de moradia são:

Pagamentos diretos, seja na entrada (para reduzir o valor do empréstimo, os custos de contratação o valor do seguro, ou, ainda, sob a forma de uma doação de capital), seja nas prestações mensais; subsídios vinculados a programas de poupança; subsídios embutidos nas taxas de juros ou pagamento de taxas de juros; isenções fiscais vinculadas ao pagamento de hipotecas ou a impostos imobiliários (ROLNIK, 2015, p. 111)

Para isso, o aquecimento da economia aconteceu através do setor da construção civil, que de acordo com Raquel Rolnik (2015), é o segmento que gera demanda expressiva por mão de obra de baixa qualificação, sendo frequentemente mobilizado como elemento de políticas econômicas anticíclicas em momentos de recessão.

Além disso, com o objetivo de viabilizar a produção de uma quantidade expressiva de novas moradias em um curto prazo, exerceu uma influência determinante sobre o padrão de inserção urbana dos empreendimentos. A política econômica anticíclica adotada através do PMCMV, fortaleceu os setores imobiliários, em especial, as incorporadoras, que se transformaram no principal agente da política habitacional no Brasil.

Esse protagonismo na concepção das operações às construtoras privadas incentivou a proliferação de grandes conjuntos em lugares onde o custo da terra é o mais baixo possível – uma condição fundamental para a rentabilidade das operações, reiterando *“um padrão histórico de ocupação do território onde o assentamento da população pobre é feito prioritariamente em periferias precárias e mal equipadas”* (ROLNIK, 2015).

Já para Isadora Guerreiro (2017), o PMCMV possui um caráter neodesenvolvimentista e sua finalidade está em compor o circuito de reprodução de capital, portador de juros através da criação de ativos e liquidez de mercado tendo em vista a criação de propriedade a ser remunerada e liberação de poupança familiar para endividamento no sistema de crédito: *“Rearticula o processo de expansão e intensificação da terra, com consequências urbanas desastrosas e avanço da subsunção real do trabalho ao capital por meio da reestruturação produtiva na construção civil”* (GUERREIRO, 2017).

Apesar de o mercado de habitação popular ser aquele com maior demanda, a dificuldade está na falta de renda dos compradores; como visto, é dessa forma que se faz necessária, para este mercado, a intervenção estatal. Na inexistência de mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado.

Embora seja inovador na concessão de um volume significativo de subsídios para o atendimento das necessidades habitacionais dos setores de renda mais baixa da população e na ampliação e barateamento do crédito para a compra de imóveis por setores de renda intermediária, lembra Raquel Rolnik (2015), que o PMCMV não levou em consideração a dimensão territorial como um aspecto relevante de uma política habitacional orientada para a universalização do acesso à moradia em condições adequadas.

No PMCMV, as moradias possuem uma estrutura padronizada e podem ser casas ou apartamentos de dois quartos, sala, banheiro e cozinha. O governo usa recursos públicos para que produtos de péssima qualidade, que jamais seriam comprados se as pessoas tivessem dinheiro e liberdade de escolha, sejam comercializados. Segundo Rolnik (2015), o PMCMV também tem negligenciado a habitabilidade da moradia, uma vez que as casas construídas não apenas são mal localizadas, mas frequentemente são também muito pequenas ou de baixa qualidade material, com limitadas possibilidades de melhoria.

2.4.1- Atores, interesses e influência no PMCMV

Nesse momento, é importante identificar os atores, seus papéis e sua influência na execução do Programa.

A começar pelo Estado, que no PMCMV, opera como um indutor que une os diversos interesses: do capital fictício internacional, do capital portador de juros, do setor produtivo, dos proprietários de terras e, finalmente o trabalhador, por lhe proporcionar emprego e habitação.

Cabe à esfera municipal, a construção das casas. Além disso, o papel mais claramente assumido por todos os municípios, portanto, foi o de indicar os beneficiários a serem atendidos pela faixa 1 a partir de um cadastro habitacional atualizado, única condição que os municípios devem atender, além de aprovar o projeto, para poder “distribuir” as casas. Apesar de ser relativamente fácil criar e manter um cadastro (exigindo pouco em termos de capacidade institucional), o programa também permite a utilização de outras fontes de informações habitacionais ou outros cadastros direcionados a políticas assistenciais já existentes, assim, nem sequer um cadastro específico de moradia precisa ser feito e mantido pelo município para que ele possa participar do programa.

Ao delegar essa indicação da demanda ao município, o PMCMV permite a manutenção da interação entre poder público e eleitores no plano local, segundo a qual a distribuição de benefícios constitui importante ativo para atrair capital político. Indicar a demanda significa, por um lado, um baixo investimento do ponto de vista financeiro e institucional e, por outro, um grande recurso para angariar votos em pleitos municipais.

Desse modo, pelo fato de os municípios assumirem um papel mais ativo no planejamento da oferta de habitação popular e na alocação de terrenos para essa finalidade, em São Luís, por exemplo, a oferta de habitação se transforma fundamentalmente num negócio.

O papel desempenhado pela Caixa Econômica Federal, além de reiterar o papel de agente financiador, regulador e fiscalizador que já vem exercendo desde a extinção do BNH, o PMCMV o transformou em importante ator no nível local, responsável por fazer o programa funcionar como importante elo entre os agentes envolvidos – governo federal, empresas, governos locais e beneficiários. Sendo assim, foi ainda mais fortalecido o papel do agente financeiro como principal formulador e implementador da política.

As construtoras e empreiteiras, por sua vez, não exercem qualquer atribuição relacionada à comercialização dos imóveis, mas assume o papel de executar o projeto, sendo remunerada diretamente pelo (FAR), sem submeter-se às ameaças da provável inadimplência dos beneficiários.

A escolha dos terrenos é delegada por parte do poder público à iniciativa privada. Ora, a lógica desse setor visa a maximização dos ganhos das empresas, que se torna a principal condicionante do modo como os terrenos são escolhidos e de como os projetos são elaborados.

No Brasil, historicamente, estabeleceu-se um padrão de relacionamento sólido e duradouro entre um segmento do empresariado nacional – os empreiteiros – e o Estado. A íntima associação entre Estado e capital privado, através de um “jogo interno de troca de vantagens sustentada fundamentalmente por meio de uma rede patriarcal”, nas palavras de Faoro (2001), não se refere apenas à relação entre empreiteiras e Estado, mas a um modo específico de funcionamento do capitalismo no país, o “patrimonialismo”.

Raymundo Faoro atribui essa característica à especificidade de nossa formação histórica, em especial ao passado colonial: na ausência de um sistema impessoal e normatizado, atribui-se ao privado e à sua capacidade de estabelecimento de laços diretos com o poder discricionário da Coroa, a possibilidade de viabilizar sua ação econômica. Segundo o autor, essa lógica atravessou o Império e a Primeira República para se consolidar no período

getulista, quando o Estado ganha maior protagonismo na condução da economia.

No patrimonialismo, no momento da emergência de classes, procuram estas nacionalizar no poder, apropriá-lo, para que se dilua na elite. A elite política do patrimonialismo é o estamento, estrato social com efetivo comando político, numa ordem de conteúdo aristocrático. (FAORO, 2001, p.585)

Embora possamos de fato detectar a característica patrimonialista nas relações históricas entre Estado e empreiteiras, é necessário refletir sobre a especificidade desse setor e sua trajetória no país se quisermos entender as transformações recentes no processo de construção do complexo imobiliário-financeiro no Brasil. Essas empresas constituem atualmente os atores centrais desse processo, articulando e liderando a nova forma de financiamento da infraestrutura e governança das relações Estado-setor privado: as Parcerias Público-Privadas- PPP.

Desde o processo de redemocratização, as grandes empreiteiras converteram-se nos maiores financiadores de campanhas políticas, principalmente para cargos do Executivo (presidente, governador, prefeito), esfera com maior poder de definir e controlar os contratos de obras. Em geral, as empresas com maior capacidade de contribuição financeira fazem doações para vários partidos, apostando valores maiores naqueles com mais chances de vitória eleitoral.

Para as empreiteiras, as doações funcionam como uma espécie de “seguro” para garantir que serão contratadas pelo novo governo e pagas dentro dos prazos se tiverem contratos em andamento. Para os políticos envolvidos, trata-se de uma “retribuição” pelo apoio recebido. Por outro lado, a reprodução do mecanismo depende das margens de lucro obtidas nas obras, sobrelucro que “paga” seu investimento na manutenção das articulações políticas.

Por fim, é importante destacar o papel dos movimentos sociais que, embora em pequena escala e com grandes dificuldades para operar um programa desenhado para construtoras, obtiveram ganhos relevantes com o PMCMV no sentido de atender às suas bases, compostas principalmente por famílias em busca de uma moradia. Esses ganhos demonstram ainda que, se por um lado os movimentos continuam a não participar efetivamente dos

processos decisórios da política habitacional, por outro eles foram incluídos na lista de atores contemplados com a distribuição dos benefícios dos investimentos na área.

Assumindo uma parcela pouco significativa das moradias produzidas e utilizando, sobretudo, sua representação nos conselhos, os movimentos passaram a integrar o jogo do controle da distribuição dos ativos políticos do governo, juntamente com lideranças e grupos partidários que compõem sua base. O êxito econômico e político do programa repercutiu na eleição de Dilma Rousseff em 2010 e em sua reeleição em 2014, períodos em que são lançados o MCMV-2 (2011) e o MCMV-3 (2014), com novas metas. (ROLNIK, 2015)

A seguir, um quadro que resume de forma mais detalhada os agentes e os seus papéis no PMCMV.

Quadro 01 – Atores e seus papéis no desenho do PMCMV

UNIÃO	CONSTRUTORA S	MUNICÍPIOS	CAIXA
Aloca recursos por todo território nacional e solicita apresentação de projeto	Apresentam projeto para a CAIXA em parceria com o poder público e movimentos sociais	Fazem cadastramento da demanda e indicam famílias	Após a análise, a CAIXA contrata a operação, acompanha a execução da obra e libera os recursos

Fonte: Elaborado pela autora, baseada em Rolnik (2015)

Sobre o funcionamento do PMCMV, para participar é necessário efetuar um cadastro junto à prefeitura de onde os empreendimentos do Programa serão instalados. As inscrições são realizadas na própria prefeitura da cidade, que compete em incluir os candidatos no Cadastro Único. Depois de realizado o cadastro, a Caixa Econômica Federal será a responsável por avaliar e selecionar as famílias que são aptas a participar do programa. Quanto aos recursos, estes são originados dos orçamentos do Ministério das Cidades, repassados para a Caixa Econômica Federal, que atua como agente operacional do programa (BRASIL, 2009).

Além desses, o requisito principal para participação no Programa é o enquadramento do candidato dentro de determinadas faixas de rendas previstas para investimentos previamente estipulados, sendo que a seleção dos beneficiários é de responsabilidade dos municípios. Esse enquadramento por renda para residentes em áreas urbanas exige a renda bruta familiar mensal de até R\$ 8 mil e para famílias de áreas rurais, renda bruta anual de R\$ 96 mil.

As empresas apresentam condições específicas para diferentes faixas de renda, com valores distintos no que diz respeito aos subsídios, aos mecanismos financeiros e comerciais, bem como ao limite de valor das unidades. Parte do valor do imóvel é concedido pelo governo federal. Para concorrer a um imóvel, a família deve estar inserida em uma das três faixas de renda abaixo:

Quadro 02- Faixas de renda do PMCMV

Faixas	Renda Familiar (Bruta)	
	Áreas Urbanas (mensal)	Áreas Rurais (anual)
Faixa 1	Até R\$ 2.640,00	Até R\$ 31.680,00
Faixa 2	De R\$ 2.640,01 à R\$ 4.400,00	De R\$ 31.680,01 à R\$ 52.800,00
Faixa 3	De R\$ 4.400,01 à R\$ 8.000,00	De R\$ 52.800,01 à R\$ 96.000,00

Fonte: Ministério das Cidades

O Programa financia casas populares com prestações acessíveis que podem ser financiadas com valor mínimo de R\$ 80,00 em um período de cinco anos para a Faixa 1. A primeira faixa oferece um produto quase totalmente subsidiado, construído por empresas privadas, mas distribuído pelos governos locais. Os beneficiários são definidos pelos governos locais com base em seus próprios cadastros de demanda.

Os moradores são obrigados a pagar uma taxa mensal – que corresponde a 5% da renda familiar– para a Caixa, responsável por comprar as unidades da empresa encarregada da construção. A diferença entre o custo da unidade e a quantia total paga pelos moradores é coberta por recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), um fundo público alimentado pelo orçamento

federal. Os subsídios representam, portanto, a quase totalidade do custo da unidade.

A Faixa 2 também é beneficiada por subsídios, mas em menor grau. Os beneficiários contam com o abatimento de uma parte da entrada, o que caracteriza uma forma de subsídio direto. Os compradores nessa condição dispõem de um subsídio direto que vai até 23 mil reais, cerca de 20% do limite de preço da unidade no momento da assinatura do contrato. Eles também são beneficiados por linhas de crédito com taxas de juros abaixo das condições de mercado e pela concessão de garantia por um fundo público (Fundo Garantidor da Habitação – FGHab).

Já na Faixa 3, os benefícios são apenas crédito mais barato e a garantia do FGHab. Para as faixas 2 e 3, tanto a construção como a comercialização das unidades habitacionais são feitas diretamente pela empresa privada que construiu os imóveis. A Caixa financia a produção e fornece subsídios para quem quiser comprar as unidades, mas os riscos e responsabilidades são assumidos pela empresa.

Essas duas últimas faixas integram o chamado "mercado popular", em que a construtora figura como incorporadora da operação, responsabilizando-se pela comercialização das unidades. Os beneficiários celebram contratos de compra e venda diretamente com a construtora, recebendo financiamento para a compra das unidades. Elas contam ainda com um seguro de crédito concedido pelo Fundo Garantidor da Habitação (FGHab), instituído juntamente com o programa. A produção dessas unidades é quase integralmente subsidiada pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), que recebe aportes do Orçamento Geral da União (OGU) para arcar com os custos do programa (ROLNIK, 2015).

O número de unidades habitacionais oferecidas no mercado e o preço das ações negociadas publicamente parecem seguir a mesma tendência. Entretanto, a própria natureza do desenvolvimento imobiliário faz com que esta seja uma indústria que não consiga responder às externalidades tão rapidamente quanto o mercado de ações.

Recentemente, durante o governo Bolsonaro (2018-2022), o Programa passou a se chamar “Casa Verde e Amarela” mantendo a mesma estrutura e

funcionalidade. Contudo, no atual governo Lula (2023-2026), o PMCMV foi retomado e reformulado, tendo como meta contratar, até 2026, dois milhões de moradias. A nova reformulação do PMCMV tem como finalidade criar mecanismos para a produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais. Conforme lei, para que a pessoa tenha direito de participar do Programa, deverá atender aos requisitos pré-estabelecidos, como: ter capacidade civil (maior de 18 anos ou emancipado); ser brasileiro nato ou naturalizado e se estrangeiro, detentor de visto permanente; não possuir imóvel em seu nome.

No novo modelo do PMCMV, mudanças importantes foram implementadas, tais quais: a isenção de prestações para os beneficiários que recebem Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou que sejam participantes do Bolsa Família. Para essas famílias, o imóvel será 100% gratuito; priorização do acesso à habitação às famílias que tenham a mulher como chefe de família. Todos os contratos e registros serão formalizados preferencialmente em nome da mulher.

2.5- O PMCMV no Maracanã

Sob a hegemonia do capital financeiro e rentista, a terra, mais do que um meio de produção, torna-se uma poderosa reserva de valor. No Maracanã, observa-se uma nova relação do capital com o espaço. Com a instalação de quatro conjuntos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida na área do Maracanã, a saber: “Residencial Santo Antônio”, “Residencial Amendoeira”, “Residencial Vila Maranhão” e “Residencial Morada do Sol”, a APA vem sofrendo com uma série de impactos socioambientais, como a devastação das matas, assoreamento e morte de rios, riachos e córregos que empilham as nascentes e agredem principalmente os juçaraís, que crescem no alagado e são a principal fonte de renda e economia do Maracanã (SHIRAIISHI NETO, LIMA, ALCOBAÇA, 2018).

O movimento de tomada das terras por um capital financeirizado tem assumido várias formas. Uma delas é a compra – a partir da “regularização” da propriedade. Sobre isso, Rolnik reflete que:

Na era pós-keynesiana, iniciada no final dos anos 1970, é impressionante, entretanto, o poder crescente do capital financeiro, exatamente o improdutivo capital rentista, a renda sobre a terra tornou-se novamente central. (ROLNIK, 2015, p. 160)

Desse modo, a especulação sobre a terra, assim como a aquisição em larga escala de terras em zonas rurais, mina os direitos de posse e as formas de subsistência locais. O capital aplicado no mercado imobiliário e na terra ganhou centralidade ao apresentar-se como garantia capaz de alavancar mais crédito e oferecer remunerações cada vez maiores para a fome do crescimento composto, a necessidade de remuneração exponencial do capital financeiro.

Na fase financeirizada e rentista do capital, as terras apropriadas sob regimes de posse que não a propriedade individual titulada e registrada, no campo e nas cidades, passam a funcionar como uma reserva, passível de ser ocupada a qualquer momento por frações do capital financeiro em sua fome incessante de novas garantias para seus ativos. Assim, como locus de um exército industrial de reserva, a APA do Maracanã como um mecanismo de proteção ambiental constitui-se extremamente permissiva é convertida em uma nova reserva de terra para extração de renda, sob a hegemonia do complexo imobiliário-financeiro.

Esses empreendimentos na APA do Maracanã são enquadrados na Faixa 1 do PMCMV. Nesta faixa é o poder público municipal quem se responsabiliza totalmente pela indicação da demanda. Porém, em São Luís, o poder público encaminhou a demanda para as construtoras, que ficaram incumbidas pelo processo de operacionalização de obras e pela escolha e compra dos terrenos, o que delega a inserção urbana dos empreendimentos a uma questão de relevância secundária, senão inexistente.

Em 2015, foi instalado o primeiro residencial no Maracanã, o Amendoiras, com etapas I, II, III e IV, com 500, 500, 300 e 300 unidades habitacionais respectivamente. A construtora responsável pela execução da obra foi a Canopus Construções. Ao todo o conjunto tem 1.600 unidades habitacionais de apartamentos, com aproximadamente 7.000 pessoas. A então presidenta Dilma Rousseff veio a São Luís para participar da cerimônia de entrega das moradias. Na ocasião, O.L.F relembra: *“a Dilma veio pra cá e aproveitamos pra fazer um protesto. A gente fechou a Br-135, só eu e mais quinze pessoas”*. *A partir daí começou a nossa luta.* (conversa realizada em 05.08.2023).

Recentemente, esse residencial tem se destacado em reportagens realizadas por jornais locais pela falta de saneamento básico e contaminação das fontes hídricas no Maracanã.

Figura 07: Residenciais Amendoeiras



Fonte: acervo pessoal da autora, 2023

No mesmo ano foi entregue o segundo conjunto, o Residencial Santo Antônio, com duas etapas, com 360 unidades habitacionais cada. As construtoras responsáveis pela execução das obras são o Grupo Lua Nova e a GDR Construções. Ao todo, o conjunto possui 720 unidades habitacionais de casas e aproximadamente 3.000 pessoas.

Figura 08: Residencial Santo Antônio



Fonte: acervo pessoal da autora, 2023

O Residencial Vila Maranhão foi entregue nos anos de 2016 e 2017, com etapas I, II, III, IV, V e VI, cada uma tem respectivamente 192, 288, 240, 224, 272 e 272 unidades de apartamentos. As construtoras responsáveis pela execução da obra são Grupo Lua Nova, Dimensão Engenharia e Empresarial

Difusora. Ao todo, o conjunto possui 1.488 unidades habitacionais de apartamentos e aproximadamente 6.000 pessoas.

Figura 09: Residencial Vila Maranhão



Fonte: acervo pessoal da autora, 2023

Em contato com uma moradora do Residencial Vila Maranhão III foi possível observar que, apesar de o PMCMV lhe ter dado a possibilidade de adquirir a casa própria, a nova comunidade enfrenta também muitos impasses decorrentes da falta de suportes estatais:

Foi uma benção essa casa, porque o meu sonho era sair do aluguel. O ruim é que é tudo longe. O pessoal que trabalha tem

que sair bem cedinho. A gente não tem nada perto: escola, hospital, creche para as crianças, nada disso. Quando a gente precisa se consultar, tem que ir lá no Maracanã, no posto de saúde de lá que é muito lotado. Pra marcar consulta tem que ir bem cedo. Agora acho que vai melhorar, porque diz que vai ter tudo lá, no Morada do Sol. Escola, creche, hospital (conversa com L.S., realizada em 03. 05. 2019).

O último residencial instalado foi o Morada do Sol, que possui duas etapas, com 1414 unidades habitacionais na etapa I e 762 unidades habitacionais na etapa II, entregue em 2020. As construtoras responsáveis pela execução das obras são a Canopus Construções e K2 Engenharia. Ao todo o conjunto possui 2.176 unidades habitacionais de casas e aproximadamente 9.000 moradores.

Figura 10: Residencial Morada do Sol



Fonte: acervo pessoal da autora, 2023

De fato, assim como a entrevistada contou anteriormente, em 2022 foi inaugurada a Clínica da Família no Residencial Morada do Sol, fruto de muita luta dos moradores dos conjuntos para melhorar a saúde pública da localidade.

Figura 11- 1ª Clínica da Família do Morada do Sol



Fonte: acervo pessoal da autora, 2023

A Clínica da Família Morada do Sol tem servido para amenizar a demanda da unidade de saúde da região.

Apesar desse avanço, as políticas públicas são pensadas e formuladas de modo um tanto quanto reducionista, não considerando o fato de que as pessoas beneficiárias dos programas habitacionais dependem de todo um conjunto de outros aparelhos estatais, para a oferta de serviços básicos essenciais para a reprodução das relações sociais.

A maioria dos moradores dos conjuntos residenciais é advinda de periferia. A forma de ocupação do solo do Maracanã pelos conjuntos por um lado pode ter melhorado a qualidade de vida dos novos moradores, levando em consideração a anterior qualidade de vida destes, haja vista que alguns moravam em áreas consideradas de risco.

Contudo, em virtude de muitos interesses e objetivos diferentes em jogo, pode-se considerar como consequências dessa ocupação: loteamentos em áreas consideradas inadequadas, falta de infraestrutura, saneamento básico, serviços públicos. Isso induz o deslocamento da população para locais onde possibilidades de emprego e acesso a serviços de saúde, educação e lazer são quase inexistentes, o que as expõe ao risco de não alcançar itens básicos para viver, muito embora possua uma habitação.

2.6- Efeitos do PMCMV

Embora apresentem impactos urbanísticos muitas vezes desastrosos, os grandes conjuntos possibilitam significativos ganhos de escala para as construtoras, ampliando sua margem de lucro. Em algumas situações, observa-se a aglomeração de diversos empreendimentos em uma mesma região, formando verdadeiros bolsões de moradia popular, bastante semelhantes às “cidades-dormitório que foram constituídas pela produção habitacional pública” em décadas anteriores. (ROLNIK, 2015)

O programa atribui o poder de decisão sobre a localização e o desenho do projeto para os agentes privados. Mesmo no caso da faixa 1, em que o papel de incorporador é formalmente atribuído ao FAR, as empresas privadas são as verdadeiras responsáveis por encontrar e adquirir a terra e por elaborar os projetos. Com isso, o critério para orientar as decisões desses agentes não pode ser outro senão o da rentabilidade. Sobre isso, Raquel Rolnik diz:

Considerando que o teto dos preços e as dimensões das unidades estão previamente estabelecidos, o lucro do empreendedor se baseia na economia de custos obtida no processo de produção. Essa economia é obtida através da padronização, da escala (número de unidades reproduzidas), da rapidez de aprovação e construção e do menor custo possível com a compra do terreno. (ROLNIK, 2015, 294)

Essa padronização, tanto do tamanho das unidades como de seus arranjos internos, tem como consequência a inadequação ao tamanho das famílias e, sobretudo, a não flexibilidade da moradia ao longo do ciclo familiar, não permitindo incorporar atividades econômicas ou acomodar parentes.

Apesar dos muitos bilhões de reais em subsídios públicos, o Programa continua reforçando a segregação urbana. Isso porque continua “produzindo novas manchas urbanas monofuncionais ou aumentando a densidade populacional de zonas guetificadas já existentes”. (ROLNIK,2015)

Não há dúvida de que o setor imobiliário e, especialmente, as incorporadoras financeirizadas e seus investidores foram altamente beneficiados pelo programa, já que este não só os salvou da derrocada, como impulsionou o valor de suas ações. Realizados seus lucros, essas grandes empresas, que foram as que mais lançaram unidades no programa em sua primeira fase, começam lentamente a deixá-lo na fase 2, voltando-se para seus nichos mais tradicionais de mercado.

De qualquer forma, impulsionado pelo programa, o crédito habitacional passou de 1,55% do PIB do país, em 2006, para 3,48% em 2010 e 6,73% em 2013. Além disso, é indiscutível o efeito contracíclico do PMCMV sobre a indústria da construção civil. De acordo com dados da Revista do Sinduscon (2014), o sindicato das empresas de construção, o setor cresceu 47,1% no período 2003-2013, enquanto o PIB no mesmo período cresceu 45,9%. Foram criados 2,23 milhões de postos de trabalho formais.

A partir de 2010, cerca de 1 milhão de unidades financiadas pelo FGTS e SBPE foram lançadas por ano, um número quatro vezes maior do que em 2003; a produção de tintas cresceu 75% e a de vergalhões, 72%, no mesmo período (ROLNIK, 2015). Nesse sentido, podemos afirmar que, do ponto de vista do crescimento econômico e da geração de empregos, a estratégia foi bem-sucedida, o que, sem dúvida, conquistou apoio de setores empresariais e sindicais.

A centralização dos recursos para financiamento define um papel central por parte do governo federal sobre as políticas habitacionais, o que resulta no controle de importante capital político-eleitoral:

Não é de estranhar que o MCMV tenha sido lançado em março de 2009, um ano e meio antes do período de disputa eleitoral para presidente. Além de conter os efeitos políticos nefastos que uma crise econômica poderia gerar sobre a sucessão presidencial, serviu para fortalecer a candidatura da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff – lançada como “mãe do Minha Casa Minha Vida” – à sucessão de Lula, que não podia mais se reeleger. (ROLNIK, 2015, p. 291)

Diante dos efeitos do PMCMV, como descritos ao longo das páginas anteriores, os moradores do Maracanã começaram a se mobilizar de várias maneiras na tentativa de frear os avanços da devastação advinda dos conjuntos. O capítulo seguinte se propõe a tratar sobre as estratégias de resistência que a comunidade tem implementado desde a implantação do PMCMV.

3- ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE E SUA INTERPELAÇÃO AO ESTADO

Nesse capítulo, é o momento de dar relevo aos enfrentamentos da Comunidade, impulsionados pelos abusos socioambientais causados em seu território. Esses problemas ambientais, assim como tantos outros relatados, serviram para a comunidade se organizar em torno de uma agenda, com denúncias e reivindicações que resultaram em algumas conquistas importantes.

As recentes práticas de pessoas que objetivam a proteção da APA do Maracanã, como a luta para a criação do Conselho Consultivo e do Plano de Manejo dessa unidade, constituem episódios que permitem perceber mobilizações que aparentam incorporar uma “ecologia política” (LATOURE, 2019).

Nesse sentido, a ecologia política se inscreve numa pauta social que é absorvida de diferentes formas, seja no modo de produção, nas modificações da vida pública, no dirigir de instituições, e nas políticas específicas voltadas à relação entre natureza e sociedade (LOPES, 2004). As maneiras de se relacionar com a natureza de distintos lugares vão sendo elaboradas com a participação efetiva de contextos sociais caracterizados por aspectos que podem ser considerados como parte de uma concepção de vida (ESCOBAR, 2005).

Uma forma de pontuar isso é a partir da categoria ambientalização dos conflitos (LOPES, 2004) para representar a interiorização de questões que se relacionam a problemáticas ambientais, ressaltando as diferentes formas que as questões ambientais podem ser relacionadas a outras questões presentes em sociedade.

Os contextos sociais de transformação dos espaços de natureza na cidade de São Luís envolvem articulações políticas, mudanças de conjuntura e transformações nas concepções estabelecidas, acontecimentos que relacionam diferentes atores em suas lutas sociais por participação nas decisões que inferem sobre os seus lugares de convívio e atuação.

A APA se torna ambiente de encontro entre natureza e a cidade, quando recebe celebrações religiosas, quando é objeto de disputas e projetos políticos, sendo espaço de habitação, de práticas esportivas, lazer e atividades econômicas representadas pelas banquinhas de bombons e venda de água. Concomitante a isso, ocorrem processos naturais como reprodução de espécies e filtração do ar.

Quando essas espacialidades são observadas como construídas socialmente, as decisões pertinentes ao manejo são orientadas pelo seu uso. Tal característica implica em um planejamento desses usos dos elementos naturais que considerem os processos sociais envolvidos no lugar. Nesse sentido, para a defesa de seus modos de vida frente a percepções dominantes, os movimentos sociais de pauta ambiental, como o CONAM, partem de um entendimento de que há possibilidades de se imaginar a vida de outras maneiras, que não somente a que está posta como legítima (ESCOBAR, 2005).

Nesse contexto, pode-se dizer que na APA do Maracanã vem se configurando atividades relativas à questão ambiental. Tais ações são percebidas pela mobilização de conceitos relacionados à natureza, formação de articulação social e política, e aproximação de instituições que discutem a questão ambiental no estado e na cidade.

Nessa perspectiva, esta seção pretende descrever os sentidos sociais que levaram a formação dessa mobilização a partir da APA, procurando analisar a construção do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental da Região do Maracanã (CONAM) como parte de uma ação coletiva (MACIEL, 2011), sua organização e articulação social, bem como o processo de composição do Plano de Manejo; aspectos que relacionam o problema ambiental às formas ativas de elaboração de um problema social, que passam a ser expressos na linguagem dos atores envolvidos e em suas atitudes. (LOPES, 2004)

As informações desse capítulo foram ouvidas, principalmente em uma longa conversa realizada no mês de agosto de 2023, com uma liderança feminina do Maracanã, O.L.F., que exerce um papel fundamental nos processos de lutas e conquistas da Comunidade.

Figura 11: Conversa com liderança do Maracanã pelo CITEMA



Fonte: Arquivo pessoal

Na ocasião, nós do grupo de pesquisa, fomos recebidas na sede da Associação dos Moradores do Maracanã, que possui 117 moradores sócios, em que 80% de pessoas contribuem ativamente para a realização das festas, que são feitas de forma independente com recursos próprios. Esse é um espaço de discussão sobre assuntos da APA e também atualmente é sede do CONAM.

3.1- Criação do CONAM como forma de mobilização coletiva

O conselho é um instrumento definido pelo Sistema Nacional de Unidade de Conservação SNUC (Lei n.9.985/2000) e percebido como uma forma de democratizar a gestão das unidades de conservação, sendo que nas unidades de uso sustentável os poderes do Conselho são consultivos, isto é, podem opinar sobre questões da unidade que representa. Os conselhos de unidades de

conservação são parte de uma política de gestão da natureza, e apresentam formas de participação que são compostas por audiências públicas, processo de eleição de conselheiros e composição do conselho pelo Estado e sociedade civil.

Em 2014, foi formado o CONAM, fruto das manifestações ocorridas no ato de entrega do primeiro conjunto habitacional do PMCMV, como mencionado no capítulo anterior. *“A manifestação foi o estopim, porque foi a partir daí que o Ministério Público nos procurou e acionou também as duas secretarias (SEMA e SEMMAM) para começarmos o conselho”* (conversa com O.L.F, realizada em 05.08.2023). Essa ocasião reforça que esses momentos se constituem de formas ou oportunidades para que concepções ou interesses desejados pelos movimentos organizados a partir da sociedade civil sejam, de certa forma, aplicados (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007).

Ao analisar o conceito de ação coletiva, Maciel (2011) coloca que as mobilizações coletivas são investigadas do ponto de vista simultaneamente político institucional, estratégico e simbólico-cognitivo, e que as ações estariam conectadas a três aspectos: “estruturas de oportunidade políticas” ou “janelas de oportunidade”, ao suporte prático que as janelas de oportunidade oferecem às ações e às formulações interpretativas dos atores na definição do problema social.

Isso significa que as circunstâncias políticas de um determinado período histórico podem estimular ou inibir as formas que os atores selecionam para suas ações, construindo cenários e/ou instrumentos que estão atrelados a políticas de oportunidade. Estes, por sua vez, são acontecimentos não necessariamente presos a alguma formalidade, mas que interferem na ação e trajetória de mobilizações coletivas, que associados ao recorte de tempo definem as estratégias da ação coletiva, compondo repertórios de ações práticas como protestos públicos, greves e procedimentos judiciais. (MACIEL, 2011)

A preocupação dos moradores da APA está também associada ao contexto contemporâneo de discussões ambientais nas esferas públicas. No Brasil, esse cenário se tornou possível a partir da década de 70, quando a questão ambiental ganha alguma intensidade com a criação da Secretária Especial do Meio Ambiente, e um aparato burocrático/ambiental. Essa característica produziu uma legislação de cunho específico, ampliando o espaço

de ação política, em que novas mobilizações propagam suas pautas reivindicativas (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007).

Dessa forma, os atuais movimentos que tratam questões ambientais foram também possíveis por mudanças de conjunturas e surgimentos de oportunidades trazidas pela redemocratização e o contexto internacional de discussão das questões ambientais, que foram adquirindo abrangência pública nacional.

É preciso ainda considerar que o aproveitamento dessas estruturas de oportunidades está condicionado às articulações e relações que os movimentos possam dispor dentro de um contexto demarcado espacialmente e temporalmente. Isso pode configurar em pontos de partida relevantes para a organização desses grupos.

Na visão de Alonso, Maciel e Costa (2007), esse tipo de fenômeno a partir da teoria do processo político, salienta que movimentos sociais surgem tipicamente quando mudanças nas oportunidades políticas, isto é, nas dimensões formais e informais do ambiente político, aumentam as possibilidades para grupos sociais se mobilizarem, abrindo ou criando canais para expressão de reivindicações.

Isso pode ocorrer de três maneiras. Primeiro, pelo aumento de permeabilidade das instituições políticas e administrativas às reivindicações da sociedade civil, provocadas por crises na coalizão política no poder. Segundo, por mudanças no estilo de interações políticas entre o Estado e os movimentos sociais, especialmente a redução da repressão a mobilizações. Terceiro, pela presença de aliados potenciais, como movimentos sociais, partidos políticos, mídia e elites dissidentes. Tais fatores aumentam as possibilidades de os grupos sociais insatisfeitos expressarem suas demandas na arena pública (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 153)

O conselho foi instituído pela Portaria SEMA nº 499/2022 e é o espaço deliberativo que permite o amplo debate sobre a preservação da natureza e bem-estar da comunidade, sobre o uso e ocupação do solo, e, principalmente, a organização do plano de manejo. Conforme S., vice- conselheira, ele surge “*para defender a APA contra qualquer ameaça*” (conversa realizada em 23.09.23). Isso traz a representação da democratização da gestão da APA e o espaço de equacionamento de seus conflitos socioambientais.

Por essa razão, existe a necessidade de reintrodução do lugar ou da formação do lugar enquanto categoria teórico-prática nas discussões referentes à questão ambiental, sendo o campo das teorias do pós-desenvolvimento e da ecologia política, arena para essa reintrodução, tanto em seu trato nas discussões sobre globalização, como na defesa do lugar. (ESCOBAR, 2005)

Atualmente, o CONAM é constituído por membros titulares e suplentes, com representantes de entidades da zona rural que fazem parte da APA, como uniões de moradores e associações; universidades, secretarias do Estado na instância estadual, que inclusive preside o Conselho, da esfera municipal, além de instituições privadas, convidadas pela SEMA. As instituições que compõem o CONAM são:

Quadro 03: Membros do CONAM

SETOR PÚBLICO	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA	Associação Recreativa e Beneficente Folclórica e Cultural do Maracanã
Secretaria de Estado da Educação - SEDUC	Instituto Pátio Verde
Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Luís - SEMMAM	União dos Moradores do Residencial Amendoeiras
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA	Produtora Jah System- Fauzi Beydoun
Universidade Federal do Maranhão - UFMA	União de Moradores do Residencial Morada do Sol
Instituto Federal de E do Maranhão- IFMA	União dos Moradores do Alegria e do Maracanã
Secretaria Municipal de Educação- SEMED	União dos Moradores da Vila Esperança
Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA	-
Secretaria de Estado da Agricultura Familiar- SAF	-

Fonte: Elaborada pela autora

A possibilidade de participar ou de vincular-se ao Conselho Consultivo da APA pode ser interpretada como uma garantia de envolvimento em decisões que serão tomadas a respeito desse lugar de natureza. E mesmo que os conselheiros não tenham precisamente poder de decisão, podem definir determinadas agendas. Tendo ciência do que se planeja para a APA, os atores envolvidos podem se organizar e procurar alternativas em que as suas concepções do lugar também sejam apreciadas. As reuniões do CONAM, assim como outras decisões que envolvem as atividades da APA, são realizadas na sede da União dos Moradores do Maracanã.

Figura 12- Sede da União dos Moradores do Bairro Alegria Maracanã



Fonte: Arquivo pessoal

Assim, o Conselho Consultivo pode ser um cenário que permite a exposição de um ambiente em que, entre concordâncias e discordâncias, essas concepções encontram uma forma de se associar ou disputar as ações interventivas sobre a APA do Maracanã. Sobre isso, Henri Acselrad (2004), afirma:

O meio ambiente é uma construção variável no tempo e no espaço, um recurso argumentativo a que atores sociais recorrem discursivamente através de estratégias de localização conceitual nas condições específicas de luta social por “mudança ambiental”, ou seja, pela

afirmação de certos projetos em contextos de desigualdade sociopolítica (ACSELRAD, 2004, p. 19).

A criação tardia do conselho, somente após vinte e três anos após a criação da APA, revela sérias deficiências no tocante ao funcionamento efetivo das políticas estaduais de conservação da natureza. Sobre isso, O.L.F., expressa sua indignação: “a partir do momento em que a APA foi criada, lá em 91, já era pra ter sido criado também o Conselho e o plano de manejo. Se isso tivesse acontecido, a gente não teria passado por toda essa tragédia” (conversa realizada em 05.08.2023).

Ela faz críticas contundentes às secretarias participantes do conselho, isso porque quem licenciou as construções dos conjuntos do PMCMV na área foi a SEMMAM com a conivência da SEMA, que não fiscalizou efetivamente. Além disso, não há documentação acerca desses licenciamentos e autorizações: *“a instalação foi na época do João Castelo (PSDB). Na gestão do Edivaldo Holanda Junior (PDT) que nós notificamos o setor jurídico que nos disse que a documentação tinha sumido e que eles estavam fazendo uma varredura para achar, mas até hoje, nada”*

O extravio dessa documentação requer a abertura de um processo de sindicância no âmbito do direito administrativo para elucidar quaisquer irregularidades nos serviços públicos administrativos para a instauração de processo e punição dos responsáveis (BASTOS, 2021). Essas providências foram solicitadas pela comunidade junto à SEMA, mas nada foi feito até então.

Diante disso, o Ministério Público foi acionado pelo conselho e juntamente com a SEMA, notificaram a empresa Canopus Construções para a realização do PRAD- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas. Em primeiro momento, a empresa propôs fazer o reflorestamento da área, o que foi negado pela comunidade, haja vista que as universidades já fazem projetos de extensão voltados para esse fim no Maracanã: “nada disso! Nós queremos é a revitalização dos rios que vocês deixaram tudo assoreado” (conversa com O.L.F, em 05.08.2023).

A partir daí a Canopus contrata uma empresa para revitalizar os rios. As conselheiras da comunidade acompanharam de perto o processo de análise que a empresa fez em todos os rios e sítios do Maracanã. Com a crise sanitária

devido a pandemia de COVID-19, a empresa não recebeu o pagamento para a continuação das obras, que foram paralisadas.

Os materiais das obras foram retidos pela empresa, justamente pela falta de pagamento. O.L.F. conta a estratégia que a comunidade tomou frente a isso: *“nós fizemos uma amizade muito grande com o empresário e nos mobilizamos para conseguir pelo menos uma parte do dinheiro que faltava e repassamos para ele.”* apesar de não conseguirem toda a soma do dinheiro, o material foi entregue integralmente para a comunidade pela empresa, desde que o conselho se responsabilizasse pela cobrança à SEMA.

A partir daí, iniciou-se a luta para a construção do plano de manejo do Maracanã, que só ocorre seis anos mais tarde. Um dos motivos do atraso na elaboração desse documento foi troca de secretários do Estado após o período eleitoral. Isso retoma o pensamento de Henri Lefevbre (1991), no sentido de que essas ações do Estado, no sentido de burocratizar os processos ou de atrasá-los faz com que se vença pelo cansaço do outro, que acaba aceitando as condições que lhe restam. Tal despreocupação com a opinião dos locais renega a eles o direito de pensar e dizer como querem a cidade, ou seja, retira dos antigos moradores o direito à cidade (LEFEVBRE, 1991).

Uma nova demanda que tem surgido no Maracanã é a respeito das reformas feitas no Parque da Juçara pela AGEM (Agência Executiva Metropolitana). A obra se refere a um grande muro e um portal que tem incomodado a comunidade: *“para mim, isso ficou parecendo uma coisa privada, parece até que eles querem padronizar os parques, para ficar igual no Rangedor (parque)”* (conversa com O.L.F, realizada em 05.08.2023). A participação do conselho é voluntária e não remunerada, fato que gera a desistência de algumas instituições na continuação das lutas do CONAM.

3.2- Processo de construção do Plano de Manejo da APA

A construção do Plano de Manejo da APA do Maracanã foi uma das pautas de luta que estiveram nas ações e discussões promovidas pelo CONAM. Desde a mobilização que culminou em protesto pela defesa da APA e contestação da instalação dos conjuntos do PMCMV, essa questão passou a ser interpretada como um aspecto que favorecia a participação da comunidade em decisões

pertinentes ao planejamento e ordenamento do território da unidade de conservação.

Os atores que compõem o Conselho moveram-se através dessa organização para solicitar e acompanhar a construção do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) da Região do Maracanã. Esse instrumento constitucional foi criado em 2020 com algumas interrupções por causa da pandemia de COVID-19, finalmente foi publicado no final de 2021. Ele estabelece o zoneamento e as normas que regulamentam o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão (BRASIL, 2000).

Para a comunidade do Maracanã, o plano de manejo simboliza uma grande conquista, já que todo o seu processo de construção e publicação, segundo O.L.F., foi realizado “com muita luta e pressão ao poder público.” (conversa realizada em 05.08.2023). Segundo ela, a maioria das pessoas da comunidade não participou das reuniões de elaboração, uma vez que já estavam desacreditados e decepcionados com o poder público. *“Nós fomos de casa em casa, eu e outra conselheira daqui do Maracanã, para buscar informações, principalmente dos mais idosos. Eles contribuíram muito”,* relatou O.L.F.

Para a sua elaboração, a SEMA contratou uma empresa para realizar os estudos multidisciplinares (que envolveu técnicos das áreas da arqueologia, geografia, engenharia, assistência social, direito e geologia) a Agregar Ambiental- Consultoria e Projetos Ltda.

Figura 13: Cerimônia de entrega do Plano de Manejo



Fonte: SEMA

Apesar dessa conquista importante, do ponto de vista da recuperação dos lençóis freáticos, não houve avanços significativos após a publicação do Plano, uma vez que desde essa data três secretários já assumiram a SEMA e a mudança de gestão atrasou bastante os processos burocráticos. Sobre isso, O.L.F. lamenta: *“essas mudanças complicam tudo, porque a nova equipe que chega tem que ficar a par de todo o processo para participar das reuniões com a gente e dar andamento”*.

3.3- Protagonismo das mulheres

Notou-se, durante toda a pesquisa, a participação política das mulheres nos enfrentamentos aos abusos no Maracanã. Sob a ótica de Teresa Kleba Lisboa (2010), a perspectiva de gênero tem como proposta mirar para uma realidade a partir de mulheres e com mulheres para revolucionar a ordem dos poderes. Isso permite a autonomia e o protagonismo feminino. Dessa forma, as políticas pensadas por mulheres perpetuam o seu papel na reprodução social no enfrentamento às desigualdades em vários aspectos.

Para pensar sobre isso, a teoria ecofeminista é importante, uma vez que visa promover a luta pela justiça ambiental e por equidade de gênero, afinal os danos ao meio ambiente impactam ainda mais as minorias sociais e principalmente, as mulheres, haja vista que acontece o fenômeno da feminilização da pobreza, em que 70% dos pobres do mundo são mulheres (LISBOA, 2010).

O ecofeminismo surge como uma linha de pensamento que abarca a luta de mulheres por direitos iguais, contrapostos às opressões de gênero produzidas num sistema patriarcal. O termo surgiu na França, pela escritora Françoise d'Eaubonne, a partir das inquietações devido à degradação do meio ambiente impulsionada pela densidade demográfica somada à dominação masculina sofrida pelas mulheres na década de setenta (CONNELLI; PEARSE, 2015).

Para Raewyn Connelli e Rebecca Pearse (2015), além das ecologias do antropocentrismo, biocentrismo e ecocentrismo, a natureza precisa ser incorporada por uma quarta categoria de análise com base na teoria feminista, que lida com raça, gênero e classe social: o ecofeminismo.

De acordo com Shiraishi, Lima e Alcobaça (2018), os cuidados com a natureza no Maracanã são delegados pelas famílias às mulheres, que devem repassar esse conhecimento aos mais jovens, embora sejam poucos os que realmente se interessam. Para Vandana Shiva (1998), a recuperação do princípio feminino é também recuperar a natureza, a mulher, o homem e as formas criativas de ser e perceber.

No que se refere à natureza, supõe vê-la como um organismo vivo. Com relação à mulher, supõe considerá-la produtiva e ativa. E no que diz respeito ao homem, a recuperação do princípio feminino implica situar de novo *a ação e a atividade em função de criar sociedades que promovam a vida e não a reduzam ou a ameacem* (SHIVA, 1998, p. 96).

De fato, há uma relação entre a sociedade patriarcal e a subjugação da natureza. A forma de tratar a natureza e a mulher são comuns na dominação do sistema patriarcal capitalista. Assim, as teorias ecofeministas analisam *“a dominação patriarcal de mulheres por homens como o protótipo de todas as formas de dominação e exploração: hierárquica, militarista, capitalista e industrialista”* (CAPRA, 1996, p. 17-18).

O ecofeminismo, então, pode ser entendido através de alguns princípios gerais. Sobre isso, Emma Siliprandi (2000) analisa que do ponto de vista econômico, existe uma convergência entre a dominação das mulheres e a exploração da natureza na racionalidade ocidental hegemônica. Nessa visão, *“a mulher com a natureza e o homem com a cultura, sendo a cultura (no pensamento ocidental) superior à natureza; a cultura é uma forma de “dominar” a natureza”* (SILIPRANDI, 2019, p. 63). Assim, no ecofeminismo, as mulheres teriam especial interesse em acabar com a dominação da natureza, pois a sociedade sem exploração da natureza seria uma condição para a libertação da mulher.

Os estudos feministas sobre problemas ambientais mostram que o gênero é de suma importância para a mudança ambiental. Dessa maneira, a preocupação do ecofeminismo com o desenvolvimento desigual, colonialismo e imperialismo na geração de conflitos ambientais é cada vez mais necessário para a reforma democrática de gênero em outras esferas na teia social (CONNELLI; PEARSE, 2015). Nesse sentido, como analisa Harvey (2013):

A criação de novos espaços urbanos comuns, de uma esfera pública de participação democrática, exige desfazer enorme onda privatizante que tem servido de mantra ao neoliberalismo destrutivo dos últimos anos. Temos de imaginar uma cidade mais inclusiva, mesmo se continuamente fracionada, baseada não apenas em uma ordenação diferente de direitos, mas em práticas político-econômicas. [...] O direito à cidade não é um presente. Ele tem de ser tomado pelo movimento político. (HARVEY, 2013, p. 33 e 34)

As relações de gênero democratizadas contribuirão para novas formas de organização social e política em direção à igualdade de participação nos espaços de poder, sobretudo nas discussões sobre o respeito à natureza e à diversidade cultural. Atualmente, essas pautas são defendidas também nas plataformas de redes sociais, através da internet, pelas feministas e militantes engajadas.

Um dos canais que a comunidade do Maracanã adotou para manifestar suas insatisfações foi justamente as redes sociais. Com relação a isso, de acordo com Silva (2019), a popularização da internet, tem um papel crucial na formação desse novo feminismo, uma vez que deu voz a esses grupos: *“eu sempre cobro através do Instagram do governador e do secretário e todo o*

peçoal aqui da comunidade interage por lá também” (conversa com O.L.F., realizada em 05.08.2023). Por intermédio das redes, buscam reivindicações para a comunidade a partir desse engajamento feminino e ainda uma transformação no comportamento social para promover uma construção de uma sensibilização ecológica.

Os grupos locais, longe de serem receptores passivos de condições transnacionais, configuram ativamente o processo de construir identidades, relações sociais, e práticas econômicas. Assim, para Escobar (2005), o lugar pode ser considerado “o outro” da globalização, de maneira que uma discussão do lugar deveria oferecer uma perspectiva importante para repensar a globalização e a questão das alternativas ao capitalismo e à modernidade.

Sobre a sociedade em rede, Manuel Castells (2015) elucida que estrutura social é construída entorno dessas redes ativas por tecnologias de informação e comunicação processadas digitalmente e baseadas na microeletrônica. Ele considera tais estruturas sociais como arranjos organizacionais de seres humanos em relações de produção, consumo, reprodução, experiência e poder, expressos em uma comunicação significativa e codificada pela cultura.

Na situação da comunidade do Maracanã, segundo Shiraishi, Lima e Alcobaça (2018), as mulheres desempenham um papel preponderante na produção e reprodução dos saberes e das práticas relacionadas à natureza. Ao manter a conexão entre a natureza e o sagrado, elas dão continuidade a um entendimento necessário para a sobrevivência da própria comunidade.

Há, em Maracanã, uma dupla de irmãs cordelistas e poetizas da Companhia Juçara com Farinha. Os cordéis e as poesias representam uma maneira de expressar artisticamente as lutas e as tradições da comunidade e são apresentados nas festividades e nos espaços de luta em forma de manifesto, agradecimento e de homenagem. Como exemplo disso, eis o cordel em manifesto ao poder público municipal:

Viva, ora, viva!
Somos pássaros barulhentos/
Área rural de grandes festas, gente de muito talento/
É uma área muito nobre de muitas riquezas naturais /
É um berço de culturas de várias manifestações culturais/
Das muitas atrações que temos todas elas são essenciais/

Tem bumba- meu- boi e muitas danças, além dos famosos festivais/
Da juçara e do camarão são as nossas riquezas regionais/
Gostaria muito de ver asfalto, transporte, saúde e educação/
Pois as políticas públicas na comunidade são essenciais para o cidadão/
Neste momento marcante que acabamos de apresentar/
Pedimos ao prefeito Braide nossa causa poder abraçar/
Pedimos ao nosso gestor, nesse momento especial/
Que tenha respeito e compromisso/
com a nossa querida zona rural/

Segundo O.L.F, o prefeito de São Luís, Eduardo Braide (PSD) acatou a reivindicação da comunidade para a realização do asfaltamento no bairro: *“a gestão do Braide está conseguindo atender nossas demandas de infraestrutura. Graças a Deus ele conseguiu trazer nosso asfalto, que já era uma pauta antiga da gente”*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa buscou-se analisar o objeto a partir de interrogações que surgiram na investigação de campo, que associada à leitura de referencial teórico ressaltou aspectos que na proposta inicial de pesquisa ainda não haviam sido observados, tais como o papel feminino nas lutas e as formas de interpelação da comunidade ao Estado, por exemplo. A pesquisa de campo oportunizou acesso a conhecimentos sobre a formação da comunidade do Maracanã, assim como os primeiros usos e relações que foram sendo estabelecidos no lugar. Nessa trajetória foi possível identificar a relação entre o crescimento urbano da cidade de São Luís e suas diferentes frentes que incluiu a APA do Maracanã.

Observa-se, assim, uma ocupação do solo caracterizada ao mesmo tempo por uma alta concentração de novos empreendimentos no município de São Luís e uma densa produção de habitação nas periferias e na zona rural. Esses investimentos não acontecem de forma integrada e sustentável, o que não é positivo para a sociedade e para o meio ambiente, pois esses “novos” lugares se transformam em depósitos humanos inóspitos, como observados nos estudos até então.

Fato é que, ao mesmo tempo que o sistema capitalista exerce cada vez mais uma expansão das suas fronteiras ou ainda a espoliação pelo motivo de já haver uma escassez interna de recursos para exploração e expropriações, é que, justamente pela cada vez mais escassez, esse sistema chegará ao seu fim. Infelizmente, esse fim só chegará quando todos os recursos disponíveis de exploração já estiverem esgotados.

Com isso, o processo de desenvolvimento urbano assume uma nova forma de governança, em que “imperativos democráticos, como os relacionados aos impactos socioambientais e direitos trabalhistas, foram substituídos institucionalmente e convertidos em requisitos contratuais das empresas”. (ROLNIK, 2015)

Para Carlos Vainer (2011), trata-se da instauração da cidade de exceção, isto é, uma nova forma de regime urbano, onde, não obstante o funcionamento dos mecanismos e instituições típicas da república democrática representativa, os aparatos institucionais formais progressivamente abdicam de parcela de suas

atribuições e poderes. A lei torna-se passível de desrespeito legal e parcelas crescentes de funções públicas do Estado são transferidas a agências livres de burocracia e controle político. Trata-se da afirmação, sem mediações, da democracia direta do capital.

As relações entre empresas contratadas para a realização de obras, o Estado vai sendo reformado, com a transferência progressiva para as empresas, do poder de planejar, definir projetos, executá-los e fazer a gestão de espaços e serviços.

Dessa forma, vão se constituindo espaços cada vez mais regidos por relações contratuais privadas e "livres" dos constrangimentos político-burocráticos do Estado. Em suma, as empreiteiras definem os projetos, constroem e fazem a gestão pelo menor preço. O Estado só paga a conta. Desse modo, atores privados passam a ter também exercício de governo, o que traz um emaranhado entre o privado e o público e reconfigurando a ordem política.

Nesse modelo neoliberal, o Estado é capturado por interesses privados e conformado por uma cultura de opressão e exclusão, simultaneamente tensionado por um processo de combate à pobreza e inclusão via consumo e pela tomada da terra urbana e da moradia pelas finanças globais. Mesmo que os pobres comprem apartamentos, contratem planos de saúde e matriculem seus filhos em escolas e universidades privadas, nesse modelo o mercado lança para eles, novos produtos de qualidade muito inferior, reiterando a desigualdade.

Como visto até então, nesse sistema de classes que é estabelecido por um Estado burguês, apenas as demandas da classe dominante são atendidas em detrimento das experiências tradicionais, que são invisibilizadas e que podem ser prejudicadas ou aniquiladas em prol de um projeto de lucro da classe dominante.

Em linhas gerais, o processo de pesquisa observou que a forma com que a política habitacional brasileira tem promovido um modelo de inclusão pelo consumo, em que a moradia para a população de baixa renda deve ser ao mesmo tempo uma mercadoria a ser acessada por meio de relações de mercado e uma oportunidade de negócio para empresas privadas.

Essa lógica produz um agravamento da exclusão na produção do espaço urbano, intensificando assim um padrão de fragmentação na configuração atual brasileira, bem como das desigualdades de distribuição dos serviços públicos. O Estado, nesse contexto, assume um papel dependente, estabelecendo uma relação contraditória entre si com o mercado e movimentos populares. Essa é uma relação em que há contradição entre o avanço de forças produtivas e o agravamento das desigualdades.

De fato, desde sua origem o PMCMV enfrenta duras críticas por se tratar de um programa pautado por uma lógica de mercado (aquecimento da indústria da construção civil e aumento dos postos de trabalho), e não atrelado a uma política habitacional articulada com uma política urbana de repensar as cidades, o acesso à terra e à propriedade. O programa é representativo de padrões específicos de articulação entre agentes públicos e privados no capitalismo brasileiro.

Foi possível perceber que, de pacote de salvamento de incorporadoras financeirizadas, o PMCMV transformou-se na política habitacional do país, baseada no modelo único de promoção da casa própria, acessada via mercado e crédito hipotecário. Porém, tal programa não cumpre com a construção de uma política habitacional diversificada, preocupada com as especificidades locais e sob controle social, como observado nos conjuntos do Maracanã e o que é, também, pauta dos movimentos sociais da reforma urbana no início do governo Lula.

Como foi observado, até mesmo na faixa 1, em que o pagamento da prestação é simbólico, são duas as dívidas: a prestação mensal, que precisa ser paga durante dez anos, sob pena da perda da casa, e a dívida política, a ser retribuída sob a forma de votos para quem “me deu a casa”. (ROLNIK, 2015)

Se por um lado o PMCMV contribui para o fomento de moradias a famílias consideradas de baixa renda e reduzindo de certa forma o déficit habitacional, por outro acaba direcionando as unidades habitacionais para locais distantes dos centros urbanos e carentes de serviços públicos, além, é claro de impactar negativamente à comunidade do Maracanã com danos sociais e ambientais irreparáveis.

Além disso, se, por um lado, o PMCMV foi desenhado para incentivar empresas privadas a se comprometerem com a produção de habitação para moradores de baixa renda, por outro, permaneceu altamente dependente de recursos públicos, mobilizados para subsidiar a aquisição da propriedade por compradores de baixa e média rendas. Esse arranjo financeiro ambivalente implica na transferência de riscos para as instituições públicas, ao mesmo tempo que mantém os lucros com agentes privados, reiterando os padrões históricos de apropriação de fundos públicos por atores privados no país.

Portanto, os conflitos socioambientais podem, então, ser entendidos como os que ocorrem com grupos sociais que possuem diferentes interesses, modos de apropriação, utilização e significação do território e, nesse contexto do Maracanã, a comunidade tradicional enfrenta as ameaças a sua existência física e cultural, reafirmando o seu modo de viver e denunciando a perversidade da lógica econômica neoliberal do Estado.

Muitos dos conflitos são gerados em consequência ao processo de desenvolvimento nada sustentável, que é fruto do processo de globalização desenfreada no mundo. Os territórios dessas comunidades são visados pelo olhar do sistema capitalista, e para eles têm apenas um significado do ponto de vista econômico, que objetiva explorar as riquezas naturais a serviço de um projeto econômico que cada vez mais aprofunda a desigualdade social.

A tentativa de descrever o lugar, seu processo de formação, e as atividades presentes nesse local foi importante para se perceber as interações sociais envolvidas na formação da APA, seu processo de ocupação, sua relação com os conjuntos habitacionais do PMCMV e a busca dos moradores por estratégias que favoreçam a continuidade de seus modos de vida, daí a necessidade de construir relações com órgãos governamentais e não governamentais para mobilizar políticas públicas e ambientais pertinentes a áreas protegidas.

Os povos subalternizados (SPIVAK, 2010) vão construindo suas ferramentas de luta e resistência, mesmo dentro de um contexto irreparável de perdas materiais e imateriais, em que o Estado não assume sua responsabilidade. Diante dos seus enfrentamentos e reinvenções, o CONAM

trabalha politicamente e coletivamente para a obtenção dos resultados de seus interesses.

No maracanã, a construção massiva dos residenciais são vistos como signos do avanço da urbanização e da devastação múltipla sobre a comunidade. Essa comunidade teve que se "adaptar" a condições de vida muito hostis, que vai de desencontro à vida historicamente já organizada por ela. A urbanização que chega, através dos conjuntos habitacionais, trouxe para aquela localidade problemáticas até então inexistentes para aquela realidade, como a violência urbana, a superlotação, por exemplo.

As formas de organização protagonizadas pelos antigos moradores do Maracanã, a fim de frear os impactos socioambientais causados pós PMCMV na área, são interpretadas como parte de um repertório de ação coletiva, demarcado inicialmente pela ação de publicizar uma demanda entendida pela mobilização como uma agressão ambiental a unidade de conservação. Para esse movimento tratava-se de uma tentativa de comercialização de terras públicas, compreendidas pelos atores como um bem comum e de uso de todos.

Por fim, esta pesquisa não pretende concluir ou fechar o debate, mas incitar mais perguntas e análises da realidade ou, até mesmo, a proposição de uma resolução aos problemas expostos que não atingem apenas o Maracanã, mas tantas outras comunidades tradicionais pelo Brasil e pelo mundo. Esta discussão deve ser global, para que se respeitem as existências locais.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Justiça Ambiental- ação coletiva e estratégias argumentativas. In: Acselrad, Henri, et. al. (orgs). Justiça Ambiental e Cidadania. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 23-39

AGREGAR AMBIENTAL. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Região do Maracanã**. GOVERNO DO MARANHÃO, 2022

ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração**. Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais**. Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, 1, p. 9-32, maio 2004.

ANDERSON, Perry. **Balanco do neoliberalismo**. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARAÚJO, Marcelo de Sousa. **A Identidade em Movimento: um estudo sobre a comunidade do Maracanã (1930-1970)**. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). PPGCULT- UFMA, São Luís, 2012.

BASTOS, Agnaldo. **O que mudou na nova lei de licitações?** 2021. Disponível em: O que mudou na Nova Lei de Licitações? - Agnaldo Bastos - Especializado em Concursos, Servidores e Militares. Acesso em: 13/09/2023.

BARRETO FILHO, Henyo T. **Sustentabilidade e Políticas de desenvolvimento**. In ADAMS, Cristina; MURIETA, Rui, NEVES, Walter. Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. Eds. São Paulo: Anablume, 2006.

BELLINGIERI, Júlio César. **Percepções do desenvolvimento em três municípios paulistas. planejamento e políticas públicas**. Recuperado de [//www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/908](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/908). 2018

BRASIL, **Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000**, Publicada no Diário Oficial da União em Brasília em 18 de julho de 2000.

_____. **Lei 11.977 de 07.07.2009. Institui o Programa Minha Casa, Minha Vida**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm. Acesso em: 25 de outubro de 2019.

BOITO JR., Armando. **A hegemonia neoliberal no governo Lula**. Revista Crítica Marxista. Ed.: Revan. Rio de Janeiro, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2ª ed. Lisboa: Edições 70, 2016.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne; revisão de tradução de Isabela Machado de Oliveira Fraga.- 1ª ed.- São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____. **A questão urbana**. [Trad. Arlene Caetano] 4. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** Editora Cultrix. São Paulo. 1996.

CONNELI, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perceptiva global.** São Paulo: NVersos, 2015.

D'ABBVILLE, Claude. **História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas.** São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** Editora Hucitec, São Paulo, 2008.

———. **Espaços e recursos naturais de uso comum.** Nupaub-USP, São Paulo, 2011.

DINIZ, J. S. **A dinâmica do processo de segregação socioespacial em São Luís (MA): o caso da “Vila” Cascavel.** 1999. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1999.

———. **As condições e contradições do espaço urbano de São Luís (MA): Traços Periféricos.** Conferência apresentada no III ciclo de estudos de História e Geografia do Maranhão. Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. São Luís, Nov/2004.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** Ed São Paulo, Globo, 2001.

FERREIRA, Andresa Rosa. **Programas de Combate ao Déficit Habitacional Brasileiro.** UFRGS: Porto Alegre, 2009.

FJP. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. **Déficit Habitacional no Brasil.** Belo Horizonte.2013

GUERREIRO, Isadora. **A produção do espaço urbano pelo Lulismo: contradições específicas da dependência.** São Paulo, 2017.

HARVEY, DAVID. **Espaços de esperança.** Ed. Loyola. São Paulo, 2004

———. **O Neoliberalismo: História e Implicações.** São Paulo, Edições Loyola, 2014.

———. **17 contradições e o fim do capitalismo.** Tradução Rogério Bettoni. Boitempo, 2016.

———. **Os limites do capital.** São Paulo: Boitempo.2013.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito À Cidade.** Tradução de Rubens Frias. Primeira Edição, Editora Moraes, São Paulo. 1991

———. **Revolução Urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LIMA, Helozine Martins Moreira. **Do papel aos brejos do Maracanã: estudo sobre as políticas públicas de ecoturismo na área de proteção ambiental**

do Maracanã. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação em Turismo, UFMA), 2000.

LIMA, Rosirene Martins Lima. **Conflitos socioambientais urbanos: o lugar como categoria de análise da produção de Curitiba/Jardim Icaraí.** São Luís: Editora UEMA, 2008.

LISBOA, Teresa Kleba. **Políticas públicas com perspectiva de gênero afirmando a igualdade e reconhecendo as diferenças.** Diásporas, diversidades e deslocamentos. 2010.

LITTLE, Paul E. **Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política.** (Org.) BURSZTYN, M. In: A Dificil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda. p. 107-122. 2001.

——— **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil. Por uma antropologia da territorialidade**”, Série Antropologia, 322, 2002.

LOPES, José Antônio Viana (Org.). **São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara: Guia de arquitetura e paisagem.** Sevilha: Editora Bilíngue, 2008.

MACIEL, Débora Alves. **Ação Coletiva, Mobilização do Direito e Instituições Políticas: o caso da campanha da Lei Maria da Penha.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 26, n. 77, p. 97-111, outubro, 2011.

MARANHÃO. **Decreto 12.103 de 01 de outubro de 1991. Cria, no Estado do Maranhão, a Área de Proteção Ambiental da Região do Maracanã, com limites que especifica e dá outras providências.** Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, São Luís, 01 out. 1991. Ano LXXXV, n. 189.

MELCHIORS, Lucia Camargos. **Como Anda a Habitação Social no Brasil? Reflexões sobre a Trajetória das Políticas Habitacionais da década de 1960 à Atualidade,** 2016.

MIGNOLO, Walter. **Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versatilidade epistêmica.** In.: **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: Um Discurso sobre as Ciências** revisitado / Boaventura de Sousa Santos (org.). 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

MORAES, Pinheiro Nadloyd. **APA DO MARACANÃ: os impactos socioambientais gerados pela construção dos empreendimentos imobiliários do programa Minha Casa Minha Vida.** Ed.: UEMA. São Luís, 2017.

OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino de. **O Programa Minha Casa, Minha Vida, 2009-2014 e a participação democrática dos movimentos e organizações sociais: impacto na inclusão social por meio da efetivação do direito à moradia.** Ed. FADUSP, São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, J. A. **Um estudo sobre a população residente na área de proteção ambiental do Itapiracó.** 2004. Monografia (Graduação)- Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004

POUPART, Jean. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Trad.: Ana Cristina Nasser. Ed.: Vozes. Petrópolis, 2012.

ROLNIK, Raquel. **O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação.** Cad. Metropolitano. São Paulo. 2015

——— **Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças.** Editora Boitempo, São Paulo, 2015.

ROYER, L. **Financeirização da Política Habitacional: limites e perspectivas. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)** – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** Editora Hucitec: São Paulo, 1993.

SHIRAIISH NETO, Joaquim; LIMA, Rosirene Martins; ALCOBAÇA, Luzinele. **Saberes e práticas tradicionais em movimento: a comunidade do Maracanã na rota de um projeto global.** Novos Cadernos NAEA, 2018.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim; LIMA, Rosirene Martins; SERRA, Sergio Lopes. **A Cidade em Disputa: São Luís sob a ordem do capital financeiro.** [São Luís]: s. ed, 2018.

SHIVA, Vandana. **Abrazar la vida: Mujer, ecologia y supervivencia.** 1998. Disponível em <<https://observatorio.aguayvida.org.mx/media/vandana-shiva-abrazar-la-vida.-mujer-ecologia-y-supervivencia.pdf>>. Acesso em agosto de 2023.

SILIPRANDI, Emma. **Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais.** Porto Alegre, 2000.

SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda.** 1. Ed. Recife: Independently Published, 2019.

SINDUSCON/FGV. **Conjuntura da Construção,** ano XII, nº 3, 2014.

SOUZA, Angela M. Gordilho. **Urbanismo neoliberal, gestão corporativa e o direito à cidade: impactos e tensões recentes nas cidades brasileiras.** Cad.Metrop.Vol. 20.2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Ed. UFMG: Belo Horizonte, 2010.

TEIXEIRA, Rodrigo A. **Rentismo, Fissuras no Bloco do Poder e as Eleições Presidenciais.** Carta Maior .2014.

